

ISSN 18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

FORTALEZA
2005

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- Francisco de Assis Germano Arruda
- João Emílio Gazzana
- Luis Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
- Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral
- Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Superintendência de Comunicação e Cultura

— Paulo Sérgio Souto Mota

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste — Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento
da Indústria e Serviços)

Equipe responsável

Assuêro Ferreira e Carlos Américo Leite Moreira
Ádila Pinto e Bruno Barreira (Estagiários)

Editor

Darlan Ferreira Moreira (CE1230JP)

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho e Antônio Maltos Moreira

Normalização Bibliográfica

Rodrigo Leite Rebouças

BNB/Etene

Av. Paranjana, 5700, Passaré, CEP 60.740-000,
Fortaleza, Ceará - Brasil |
conjuntura@bnb.gov.br

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB*

Deposito Legal junto a Biblioteca Nacional, conforme decreto nº. 1823, de 20 de dezembro de 1907

BNB Conjuntura Econômica. N. 1 – dez. 2004
Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004 – .
n. il. Bimestral
1. Econômica – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordes-
te do Brasil.

CDU 33(812/814)(05)

SUMÁRIO

05 EDITORIAL

07 SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

13 NÍVEL DE ATIVIDADE

- 13 Produto Interno Bruto
- 17 Produção Industrial
- 19 A Expansão Industrial no Nordeste
- 21 Nível de Utilização da Capacidade Instalada
- 23 Expectativas Empresariais

27 SETOR EXTERNO

- 27 Balança Comercial
- 29 O Desempenho das Exportações Nordestinas
- 34 Balanço de Pagamentos e Conta de Capitais

37 EMPREGO E RENDIMENTO

- 37 Níveis de Desemprego e Ocupação
- 43 Rendimento
- 45 Considerações Adicionais sobre a Criação de Emprego Formal

49 FINANÇAS PÚBLICAS

- 49 Tesouro Nacional
- 50 Necessidades de Financiamento do Setor Público
- 51 Dívida Líquida do Setor Público

EDITORIAL

.....

A publicação BNB Conjuntura Econômica tem um significado expressivo para o Banco do Nordeste. Além de representar um importante subsídio para o conhecimento e negócios da Região, enfoca um novo momento para o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) – tendo em vista que este estudo foi interrompido pelo Banco desde o início dos anos noventa e, em decorrência da extinção da Sudene, a Região ficou carente de informações de conjuntura que contemplassem o Nordeste de forma agregada.

Este trabalho está sendo elaborado no âmbito de uma nova proposta de entendimento do Nordeste, não apenas do ponto de vista estanque, mas dentro de um contexto de maior abertura de mercado e em um momento de crescimento do País e da Região. Oportunidades de negócios que, há dez anos, revelavam pouca expressividade no Nordeste, hoje representam grande potencial de mercado — caso da cultura da soja no oeste da Bahia e, mais recentemente, no sul do Piauí e Maranhão; a apicultura no semi-árido; ou a carcinicultura no litoral nordestino.

Em relação ao setor industrial, a estratégia dos estados nordestinos de atrair empresas industriais via incentivos fiscais, a chamada guerra fiscal, processou mudanças significativas em segmentos como o calçadista e têxtil, e no setor de logística e transporte, especialmente após o funcionamento dos portos do Pecém, no Ceará, e de Suape, em Pernambuco.

As informações contidas neste trabalho serão importantes como subsídios para as decisões tanto do setor privado como do setor público, carentes de dados e de análises prospectivas que não apenas captem a visão nacional, mas também as óticas regionais, que serão disponibilizadas mensalmente a partir do próximo ano.

Finalizando, gostaríamos de enfatizar o decidido apoio do Presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith, e também destacar o empenho da equipe BNB Conjuntura Econômica, formada pelos Professores Assuêro Ferreira e Carlos Américo e pelos bolsistas Ádila Pinto e Bruno Barreira. ●

José Sydrião de Alencar Júnior
Superintendente do Etene

SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

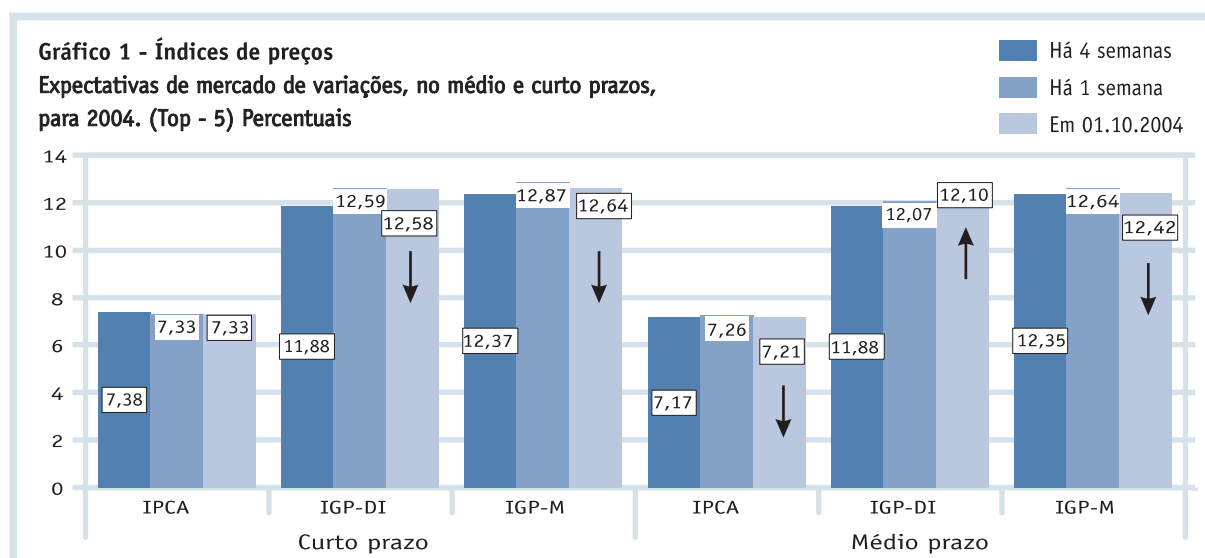
Crescimento projetado para 2004 tende a se aproximar dos 4,5%

Até o início de outubro, os relatórios de mercado do Banco Central, de maneira geral, apontam evolução das expectativas em relação aos indicadores selecionados.

Os gráficos (abaixo) sinalizam, por exemplo, retração nas projeções de inflação para este ano — contrariando a expectativa do mercado, que apostava numa elevação substancial dos preços no segundo semestre.

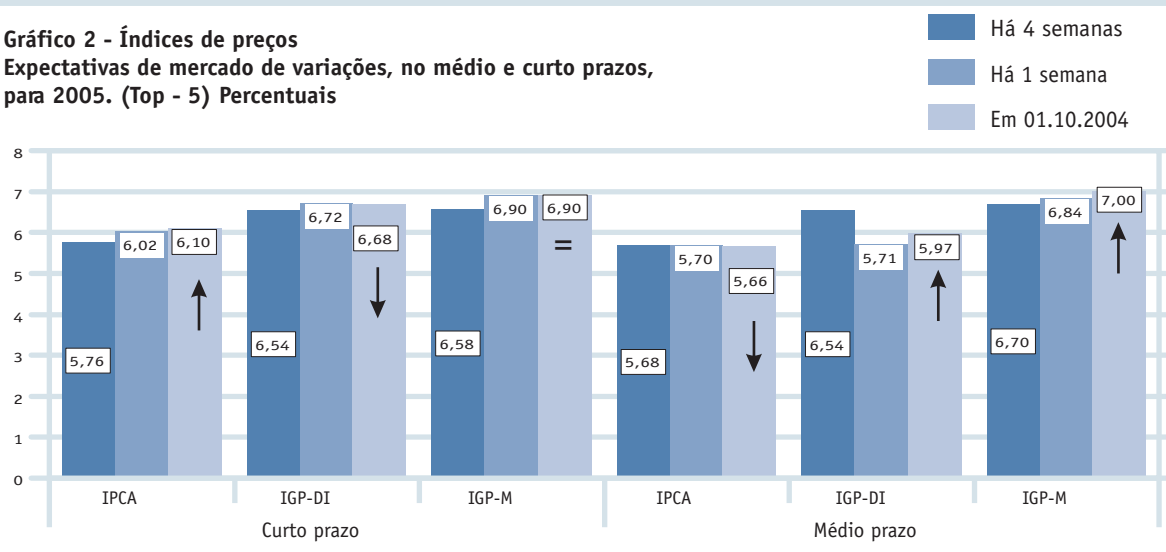
A taxa de câmbio, por sua vez, tende a terminar o ano acomodada num valor ligeiramente inferior ao projetado no início de setembro. O comportamento da taxa Selic, no entanto, sugere estabilidade a curto e médio prazos.

A projeção do PIB brasileiro para este ano é bastante satisfatória (4,5%). O mesmo tende a ocorrer para a região Nordeste, cujo crescimento poderá se aproximar dos 6%. ●



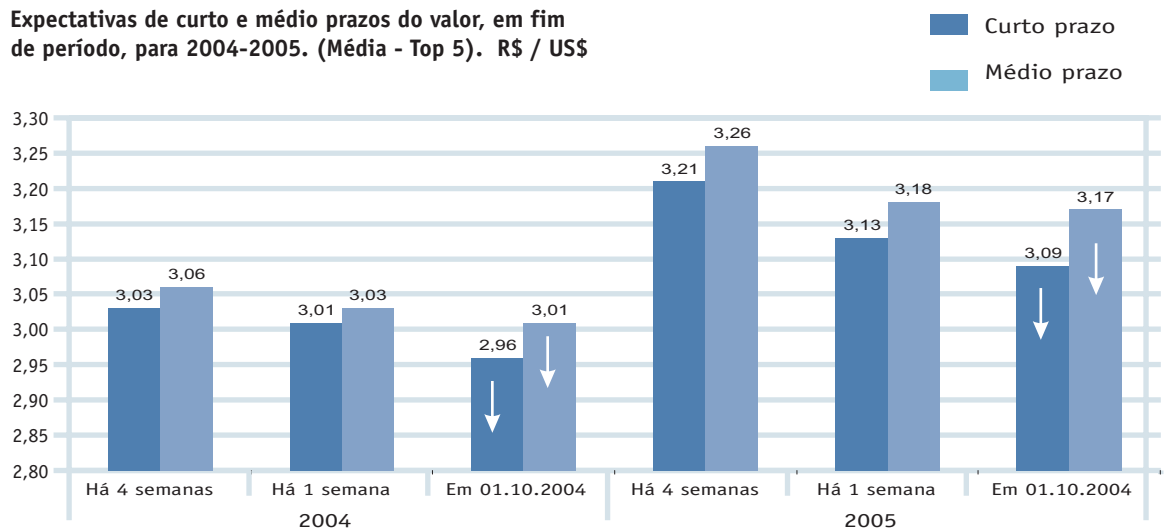
Fonte: Dados originais: BACEN - GERIN - Relatório de Mercado, 01.10.2004. Elaboração própria.

Gráfico 2 - Índices de preços
Expectativas de mercado de variações, no médio e curto prazos, para 2005. (Top - 5) Percentuais



Fonte: Dados originais: BACEN - GERIN - Relatório de Mercado, 01.10.2004. Elaboração própria.

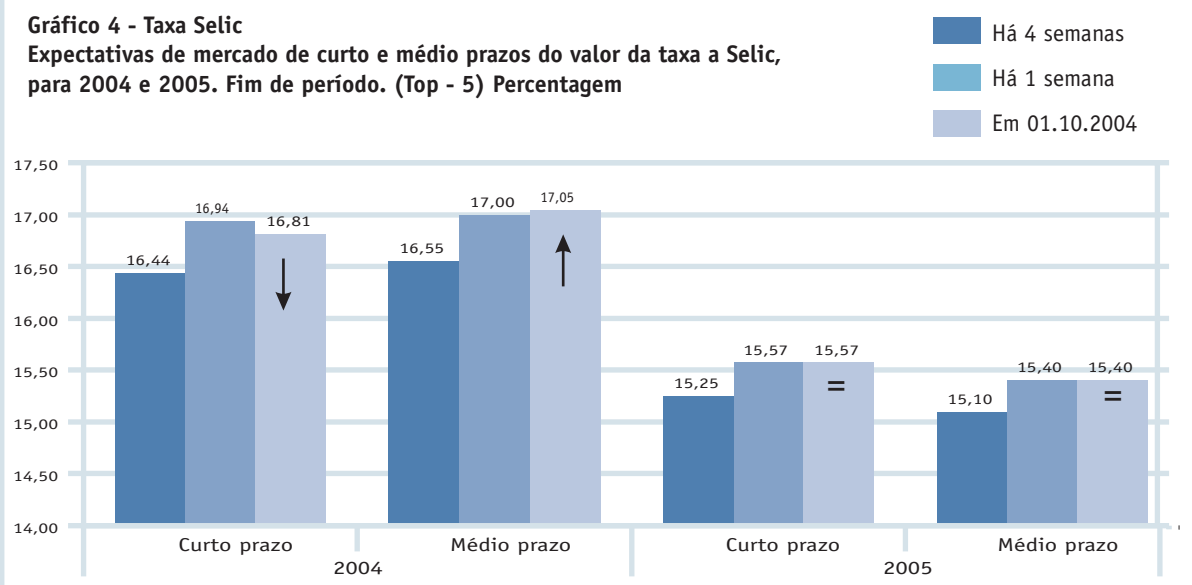
Gráfico 3 - Taxa de câmbio.
Expectativas de curto e médio prazos do valor, em fim de período, para 2004-2005. (Média - Top 5). R\$ / US\$



Fonte: Dados originais: BACEN - GERIN - Relatório de Mercado, 01.10.2004. Elaboração própria.

Gráfico 4 - Taxa Selic

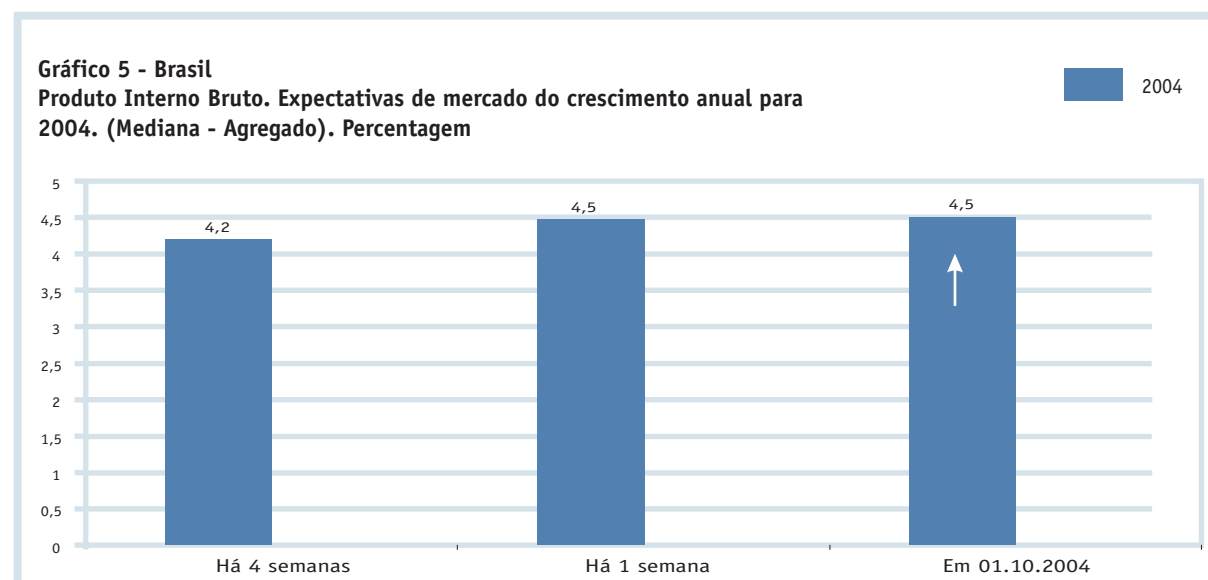
Expectativas de mercado de curto e médio prazos do valor da taxa a Selic, para 2004 e 2005. Fim de período. (Top - 5) Percentagem



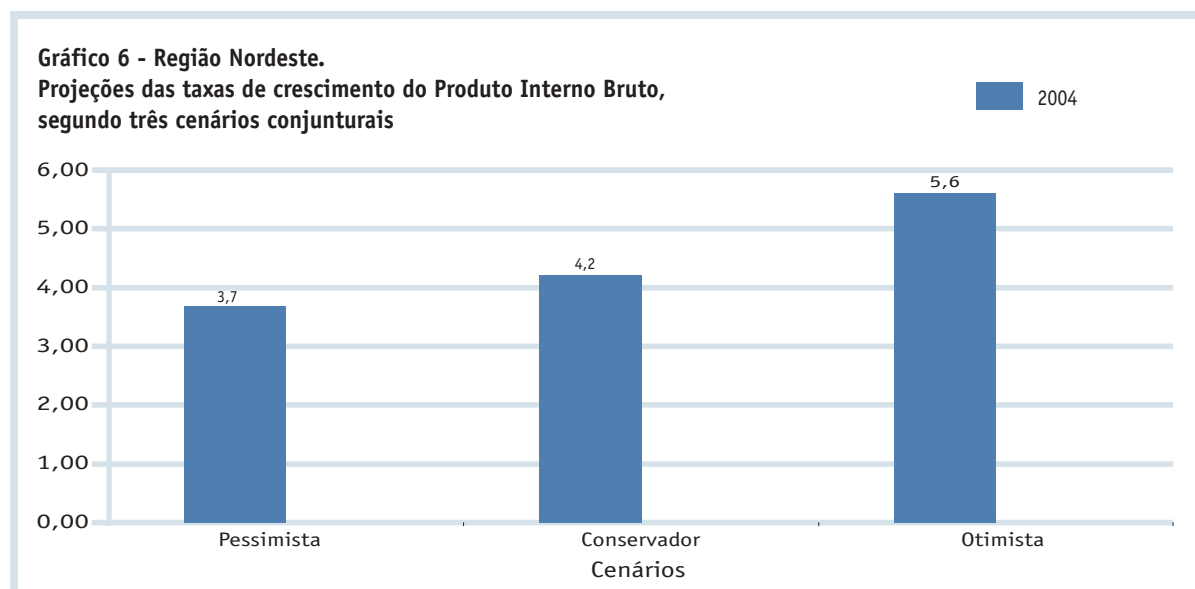
Fonte: Dados originais: BACEN - GERIN - Relatório de Mercado, 01.10.2004. Elaboração própria.

Gráfico 5 - Brasil

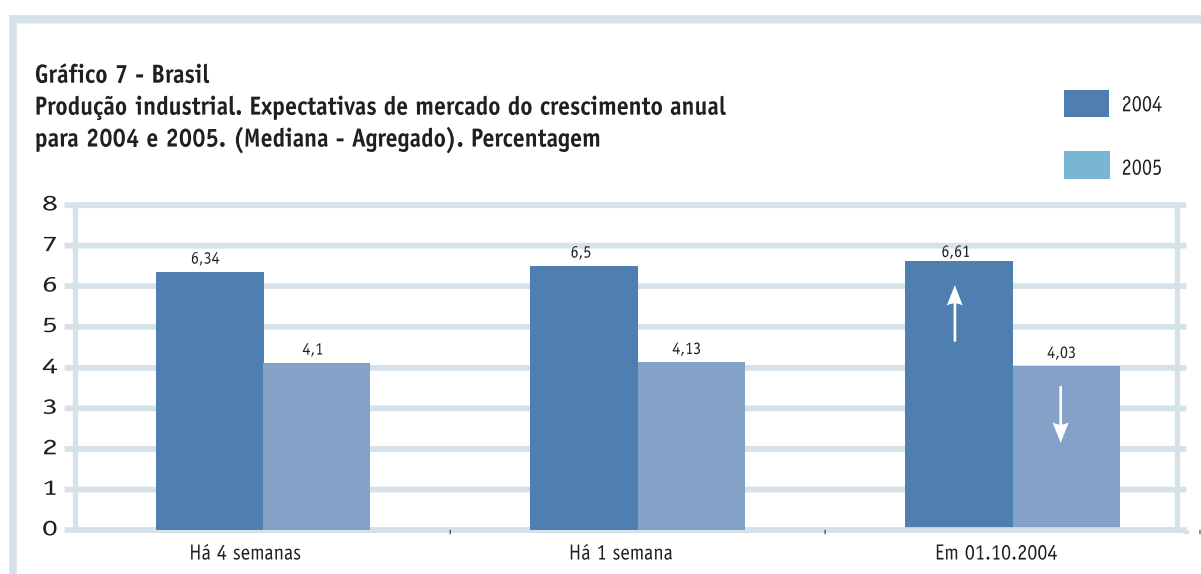
Produto Interno Bruto. Expectativas de mercado do crescimento anual para 2004. (Mediana - Agregado). Percentagem



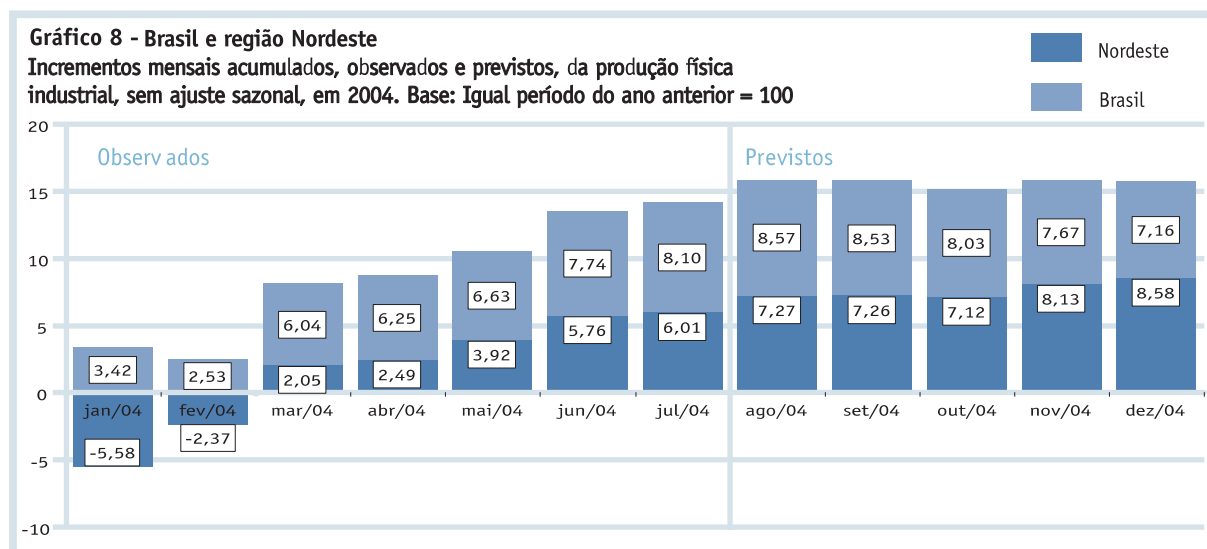
Fonte: Dados originais: BACEN - GERIN - Relatório de Mercado, 01.10.2004. Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria da equipe de análise de conjuntura, tendo como referência as expectativas de crescimento da economia brasileira em 01.10.2004, conforme consta de BACEN-GERIN - Relatório de Mercado, 01.10.2004.



Fonte: Dados originais: BACEN - GERIN - Relatório de Mercado, 01.10.2004. Elaboração própria.



Fonte: Dados originais no período jan.jul.2004: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física. Reelaboração própria da equipe de análise de conjuntura do BNB. Previsões dos índices para o período ago.dez.2004, da referida equipe.

NÍVEL DE ATIVIDADE

Exportações e demanda interna favorecem retomada do crescimento

1 - Produto Interno Bruto

Os indicadores do Produto Interno Bruto (PIB), a preços de mercado, no segundo trimestre de 2004, de acordo com as contas nacionais trimestrais do IBGE, evidenciam a retomada do crescimento da economia brasileira – tendência que vinha se esboçando desde o segundo trimestre de 2003. O PIB apresentou significativo crescimento real de 4,2% no primeiro semestre de 2004, ante igual período do ano passado.

Também apresentou acréscimo de 2,7% e 5,7% no primeiro e segundo trimestres de 2004, res-

pectivamente, comparados aos mesmos períodos do ano anterior. Considerando o ajuste sazonal, a variação do PIB neste segundo trimestre, com relação ao trimestre imediatamente anterior, foi de 1,5% (Tabela 1).

Medido a preços de mercado, o PIB alcançou, no primeiro trimestre, o valor de R\$ 387,7 bilhões e, no segundo, R\$ 429,1 bilhões, acumulando R\$ 816,8 bilhões nos primeiros seis meses de 2004. Esse valor, comparado aos R\$ 723,5

Tabela 1 - Variação trimestral do PIB, a preços de mercado

Tipo de variação (%)	TRIMESTRE/ ANO				
	2003.II	2003.III	2003.IV	2004.I	2004.II
Acumulado ao longo do ano/ mesmo período do ano anterior	0,4	-0,3	-0,2	2,7	4,2
Últimos quatro trimestres/ quatro trimestres imediatamente anteriores	1,9	0,7	-0,2	0,0	1,7
Trimestre/ mesmo trimestre do ano anterior	-1,1	-1,5	-0,1	2,7	5,7
Trimestre/ trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	1,2	0,4	1,7	1,7	1,5

Fonte: Extraída de FGV, IBRE, *Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação*, ano 37, n.132, 28 jul 2004.
Disponível em: www.ibge.gov.br

milhões verificados no primeiro semestre de 2003, indica um crescimento nominal de 12,9%¹.

De uma perspectiva setorial, no primeiro semestre de 2004, o crescimento do PIB está vinculado tanto à continuidade do bom desempenho da agropecuária quanto da indústria, cujo crescimento superou o do setor de serviços. Em relação ao mesmo semestre de 2003, a agropecuária registrou variação positiva de 5,7%; a indústria de 4,7%; e o setor de serviços de 2,8% (Tabela 2).

No primeiro e segundo trimestres de 2004, o crescimento da agropecuária foi, respectivamente, de 6,4% e 5,0%, em relação a períodos similares do ano passado. Ressalte-se que, no segundo trimestre de 2004, comparado com o trimestre imediatamente anterior, houve ligeira retração (0,3%). Isso, no entanto, parece não demonstrar comprometimento do desempenho geral do setor – fortemente atrelado ao agronegócio exportador, que vem sistematicamente evidenciando importantes vantagens competitivas.

A indústria, por sua vez, evidenciou expansão de 2,9% e 6,6% no primeiro e segundo trimestres deste ano, comparados a idênticos períodos do 2003. É importante salientar que o PIB da indústria de transformação vem apresentando taxas positivas de crescimento nos últimos quatro trimestres, ao contrário da indústria extrativa, cujo último semestre foi de decréscimo (Tabela 3).

O PIB da indústria de transformação cresceu 7,3% no primeiro semestre de 2004, em relação ao mesmo período de 2003, seguido pela construção civil e pelos serviços de utilidade pública — ambos com 2,0% de expansão. No segundo trimestre de 2004, em comparação com período similar de 2003, a indústria de transformação apresentou crescimento expressivo (8,5%), confirmando a trajetória positiva observada desde o terceiro trimestre de 2003.

A construção civil também se destaca no segundo trimestre de 2004, com taxa de crescimento

Tabela 2 - Variação do PIB por setores econômicos. Taxa acumulada ao longo do ano (%)

SETOR DE ATIVIDADE	VARIAÇÃO EM VOLUME EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR - %				
	2003.II	2003.III	2003.IV	2004.I	2004.II
Agropecuária	8,8	5,1	5,0	6,4	5,7
Indústria	- 0,2	- 0,7	- 1,0	2,9	4,7
Extrativa Mineral	1,8	2,1	2,8	- 3,9	- 2,9
Transformação	1,0	0,7	0,7	6,0	7,3
Construção Civil	- 6,0	- 7,7	- 8,6	- 2,3	2,0
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3,1	2,5	2,9	1,3	2,0
Serviços	0,0	- 0,3	- 0,1	1,2	2,8
Comércio	- 2,0	- 3,4	- 2,6	5,1	7,6
Transporte	- 2,3	- 1,6	- 0,8	7,4	6,9
Comunicações	2,7	1,4	0,1	- 1,9	- 1,0
Instituições Financeiras	1,0	0,1	0,1	1,9	3,6
Outros Serviços	- 1,0	- 0,6	- 0,5	- 2,1	2,6
Aluguel de Imóveis	0,6	0,6	0,9	1,1	1,3
Administração Pública	0,6	0,5	0,5	1,1	1,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Disponível em: www.ibge.gov.br

¹ Cf. IBGE – Contas nacionais trimestrais – Indicadores de volume e valores correntes. Disponível em www.ibge.gov.br

Tabela 3 - Variação trimestral do PIB em volume, por setores econômicos (%)

SETOR DE ATIVIDADE	VARIAÇÃO COM RELAÇÃO AO MESMO TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR				
	2003.II	2003.III	2003.IV	2004.I	2004.II
Agropecuária	7,3	- 2,8	4,8	6,4	5,0
Indústria	-3,5	- 1,6	- 1,7	2,9	6,6
Extrativa Mineral	-0,5	2,6	4,8	- 3,9	- 1,9
Transformação	-1,7	0,4	0,4	6,0	8,5
Construção Civil	-11,0	- 10,9	- 11,1	- 2,3	6,7
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1,5	1,5	0,1	1,3	2,7
Serviços	- 0,3	- 0,8	0,3	1,2	4,4
Comércio	- 3,7	- 6,0	- 0,3	5,1	9,9
Transporte	- 0,8	- 0,3	1,5	7,4	6,5
Comunicações	3,0	- 1,0	- 3,6	- 1,9	0,1
Instituições Financeiras	- 0,1	- 1,7	- 0,0	1,9	5,2
Outros Serviços	- 1,8	0,2	- 0,3	- 2,1	7,5
Aluguel de Imóveis	0,8	0,6	1,9	1,1	1,5
Administração Pública	1,0	0,3	0,5	1,1	1,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Disponível em: www.ibge.gov.br

de 6,7%. A indústria extrativa mineral, no entanto, decresceu 2,9% no primeiro semestre e 1,9% no segundo trimestre de 2004, em comparação com os mesmos períodos do ano anterior.

Na rubrica dos serviços, o melhor desempenho do PIB setorial no primeiro semestre de 2004, comparado a igual período de 2003, foi observado no comércio, que cresceu 7,6% em volume.

A expansão de 9,9% do comércio no segundo trimestre de 2004, relativo a idêntico período do ano anterior, revela que a evolução do PIB total está vinculada não somente com o bom desempenho do setor exportador mas, também, com a recuperação da demanda interna. O fato torna-se ainda mais relevante se considerarmos as taxas negativas de crescimento verificadas neste subsetor em 2003 — com destaque para a expressiva queda de 6,0% no terceiro trimestre.

Pela ótica dos respectivos componentes de demanda, constata-se que todos os segmentos do PIB total apresentaram taxas positivas de cres-

cimento no primeiro semestre de 2004, em relação ao mesmo intervalo de 2003. E as exportações foram o grande impulsor desse desempenho — expansão de 17,8% ante igual período do ano anterior.

Essa expansão, ressalte-se, foi bem mais significativa do que a das importações no mesmo período (13,0%), gerando saldos comerciais históricos na balança comercial (assunto que será abordado adiante).

Adicionalmente, observa-se o importante incremento de 6,8% da formação bruta de capital fixo (FBCF) no primeiro semestre do ano, em relação ao mesmo período de 2003. Comparando o segundo trimestre de 2004 com o de 2003, a FBCF atingiu significativa taxa de crescimento (11,7%), contrastando com as taxas negativas observadas no ano passado, quando ocorreu retração de 10,5% no segundo trimestre e de 9,1% no terceiro.

Em relação ao consumo das famílias, observa-se expansão de 3,1% no primeiro semestre de 2004, ante igual período do ano anterior. No

primeiro e segundo trimestres deste ano, o incremento foi 1,2% e de 5,0%, respectivamente. A propósito, destaque-se que este componente da demanda revelou-se negativo no ano anterior (Tabela 4).

Esse movimento ascendente do consumo das famílias deve-se à recuperação de parte dos níveis de ocupação e, ainda, de forma muito tímida, do rendimento médio real (que será demonstrado adiante). A tendência também vem sendo alimentada pelo aumento da oferta de crédito ao setor privado (Gráfico 1), que contribui, de modo decisivo, para essa recuperação do consumo familiar.

No período de junho/2004-dezembro/2003, as operações de crédito do sistema financeiro destinadas ao setor privado apresentaram as seguintes variações: indústria, 3,1%; habitação, 0,6%; rural, 6,9%; comércio, 12,6%; pessoas físicas, 13,5%; outros serviços, 6,6%; perfazem-

do, no total, 7,5%. Note-se que as expansões de créditos destinados à indústria e à habitação foram muito baixas.

No tocante ao consumo do governo, observa-se que a taxa acumulada ao longo do ano foi de apenas 1,4%, bem abaixo do desempenho dos demais componentes da demanda. E no segundo trimestre de 2004, em comparação com o mesmo período do ano passado, o aumento foi de 1,3%.

Em função do desempenho positivo dos componentes do PIB, o IBGE avalia que as variações desse indicador, em termos anuais, vêm ultrapassando 6% pelo terceiro trimestre consecutivo². É possível concluir, portanto, que praticamente todos os grandes setores produtivos da economia brasileira vêm se comportando de forma positiva, no decorrer deste ano, na alavancagem do crescimento. De maneira auspiciosa, cabe enfatizar a recuperação do setor industrial. ●

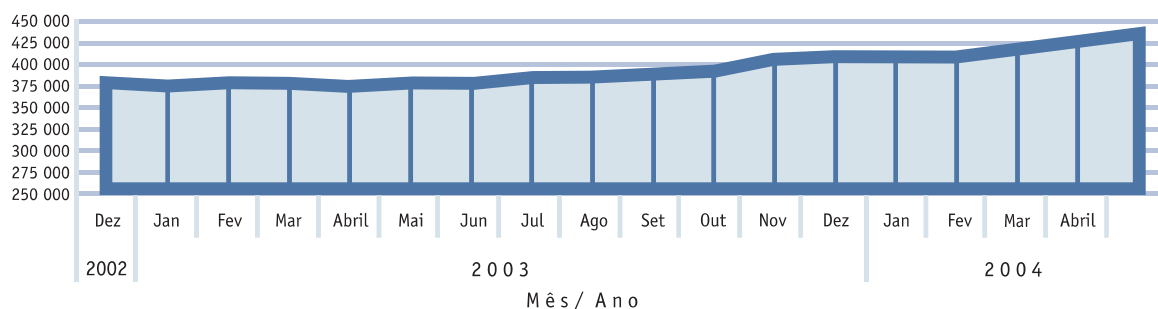
Tabela 4 - Brasil. Variação do PIB em volume, segundo os componentes da demanda

ESPECIFICAÇÃO	VARIAÇÃO TRIMESTRAL				
	Variação em volume em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%)				
	2003.I	2003.II	2003.III	2004.I	2004.II
PIB	-1,1	-1,5	-0,1	2,7	5,7
Consumo das Famílias	-0,6	-3,7	-0,6	1,2	5,0
Consumo do Governo	1,1	0,9	0,7	1,5	1,3
Formação Bruta de Capital Fixo	-10,5	-9,1	-5,0	2,2	11,7
Exportação	29,9	3,7	10,1	19,3	16,5
Importação (-)	-6,0	-5,5	10,0	11,7	14,1
ESPECIFICAÇÃO	VARIAÇÃO ACUMULADA AO LONGO DO PERÍODO				
	Variação em volume em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%)				
	2003.I	2003.II	2003.III	2004.I	2004.II
PIB	0,4	-0,3	-0,2	2,7	4,2
Consumo das Famílias	-4,5	-4,2	-3,3	1,2	3,1
Consumo do Governo	0,5	0,6	0,6	1,5	1,4
Formação Bruta de Capital Fixo	-6,2	-7,2	-6,6	2,2	6,8
Exportação	24,3	15,8	14,2	19,3	17,8
Importação (-)	-5,9	-5,8	-1,9	11,7	13,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Disponível em: www.ibge.gov.br

² Cf. Bacen – Relatório Focus de 31/08/2004. Disponível em www.bacen.gov.br em 18/08/04.

Gráfico 1 - Total de operações de crédito do sistema financeiro com o setor privado, inclusive operações de arrendamento mercantil. Saldos em final de período



Fonte: Dados originais - BACEN - Indicadores Econômicos 21 jul. 2004

2 - Produção Industrial

A produção física industrial fecha o primeiro semestre deste ano com crescimento bastante expressivo — acumulado de 7,7%, além dos 4,0% consolidados ao longo dos últimos doze meses. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE, também cresceu 0,5% em relação ao mês imediatamente anterior, após o ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a expansão foi de 13,0% (Tabela 5). Ressalte-se, ainda, que junho representa o quarto mês consecutivo de incremento da produção física industrial.

Analisando por categoria de uso, constata-se no acumulado dos seis primeiros meses do ano

grande avanço da produção de bens de capital (25,2%) — no período de doze meses o crescimento alcançou 16,6%. Este resultado confirma, em certa medida, a recuperação da FBCF da economia.

No acumulado do semestre, destaca-se a expansão da produção física do segmento de bens intermediários (6,2%), perfazendo crescimento anual até junho de 3,9%. O setor de produção de bens de consumo, por sua vez, obteve incremento de 6,1% nos primeiros seis meses do ano. Entretanto, o acumulado dos últimos doze meses evidencia incremento de apenas 1,5%.

Tabela 5 - Indicadores de Crescimento da Produção Física Industrial por Categoria de Uso

CATEGORIAS DE USO	Variação (%)			
	jun/mai	jun/2004 jun/2003	Acumulado	
			No ano	12 meses
Bens de Capital	0,2	32,8	25,2	16,6
Bens Intermediários	- 0,4	10,7	6,2	3,9
Bens de Consumo	1,4	11,7	6,1	1,5
Duráveis	3,8	36,7	23,9	14,9
Semiduráveis e Não-Duráveis	0,5	6,3	2,1	- 1,4
Indústria Geral	0,5	13,0	7,7	4,0

Fonte: IBGE, PIM-PF, jul.de 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br

Neste sentido, é importante observar que a produção de bens de consumo depende bastante da massa de rendimentos pessoais, seja do ponto de vista do rendimento médio e do nível de emprego, seja pela facilitação do crédito ao consumidor – que, somente nos últimos quatro meses, vem experimentando uma recuperação mais significativa.

Cabe destacar, neste primeiro semestre, o incremento das atividades de produção de veículos (26,1%), material eletrônico e de comunicação (35,4%), máquinas e equipamentos (16,2%), e produtos químicos (7,9%). Em contrapartida, houve retração da atividade de farmacêutica (-5,9%), de edição e impressão (-1,0%) e de calçados e couros (-3,3%). Em relação ao mês anterior, o setor de bens de consumo foi o que mais se destacou, com incremento de 1,4%, sendo influenciado decisivamente pelo segmento de bens de consumo duráveis (3,8%), enquanto o de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis cresceu 0,5%.

O setor de bens de capital apresentou taxa de crescimento positiva (0,2%) — embora abaixo da média geral da indústria (0,5%) —, e o de bens intermediários evidenciou crescimento negativo (-0,4). Verifica-se ainda que, das vinte e três atividades pesquisadas pelo IBGE com ajuste sazonal, treze contribuíram positivamente

para o acréscimo total de 0,5% da produção industrial. Destacaram-se nesse conjunto perfumaria (7,6%), têxtil (4,7%), vestuário e acessórios (3,9%), calçados e artigos de couro (3,2%). Por outro lado, apresentaram quedas importantes as atividades de fabricação de bebidas (-6,8%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-3,0%) e farmacêutica (-1,9%).

Vale salientar que a redução na produção de bens intermediários foi influenciada pelo baixo desempenho das atividades de metalurgia básica (-1,3%), celulose e papel (-1,4%) e refino de petróleo e produção de álcool (-0,4%). Como se verá adiante, são setores que já estão com alto nível de utilização da capacidade instalada e esses decréscimos podem estar indicando estrangulamentos setoriais importantes para a expansão produtiva em geral.

Na comparação com junho de 2003, o setor de bens de consumo duráveis e de bens de capital, cujos incrementos foram de 36,7% e 32,8%, respectivamente, estão na liderança do crescimento da indústria, com valores bem acima da média geral (13%). Os resultados revelam que, apesar da baixa base de comparação, no caso o primeiro semestre do ano passado, é notória a evolução apresentada pela indústria brasileira no primeiro semestre do ano.

E a expansão está relacionada tanto ao dinamismo das exportações quanto à recuperação da demanda interna – em função do maior acesso ao crédito, aumento do rendimento médio real e

queda do desemprego. Resta verificar se a manutenção do ritmo de atividade vai possibilitar um crescimento mais expressivo dos segmentos dependentes da evolução da massa salarial. ●

3 - A Expansão Industrial no Nordeste

Junho consolidou, pelo quinto mês consecutivo, desempenho favorável da indústria nordestina, em relação a igual período do ano anterior³, registrando taxa de crescimento de 15,3%.

No acumulado do primeiro semestre, porém, a expansão foi de 5,7%, abaixo da média nacional (7,7%). E nos últimos doze meses, a indústria regional cresceu apenas 0,9% – consequência, principalmente, do quadro negativo verificado nos dois últimos trimestres do ano passado. O bom desempenho da indústria nordestina no mês de junho decorre dos resultados positivos de dez dos onze setores industriais analisados. As atividades que registraram maiores incrementos foram os produtos químicos (19,5%),

refino de petróleo e de álcool (23,3%) e alimentos e bebidas (13,5%). O único setor a apresentar taxa negativa de crescimento foi a metalurgia básica (-3,0%).

No acumulado do ano, os destaques setoriais foram principalmente o refino de petróleo e álcool (15,7%), alimentos e bebidas (7,3%) e produtos químicos (6,7%). Da mesma forma que no indicador mensal, a metalurgia apresentou taxas negativas no primeiro semestre (-10,6%).

Comparando a igual mês do ano passado, em junho, os estados do Nordeste pesquisados pelo IBGE – Ceará, Bahia e Pernambuco – experimentaram crescimento industrial expressivo. Destaque para a Bahia (21,7%), seguida de Pernam-

³ Ressalte-se que, ao se referir à região Nordeste, na verdade, trata-se do agregado relativo à atividade industrial dos Estados do Ceará, Bahia e Pernambuco, que fazem parte da área de cobertura da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do IBGE. Estes estados, conforme as contas regionais, calculadas também pelo IBGE, em 2001 respondiam por 67,1% do PIB regional, a preços de mercado, e 70,0% do valor adicionado bruto (VAB) da indústria regional. Mesmo entre esses três estados, as diferenças de alocações produtivas são bastante acentuadas no contexto regional. Em 2001, a Bahia detinha 43,3% do VAB da indústria regional; Pernambuco, 15,5%; e o Ceará, 11,1%. Quanto ao PIB, embora em menor nível de concentração que a indústria, as disparidades de alocação permanecem em níveis bastante significativos, de modo que a Bahia exibia 33,2% do PIB regional; Pernambuco, 20,2%; e o Ceará, 13,7%.

Tabela 6 - Indicadores da produção física industrial da região Nordeste

LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL	VARIAÇÃO (%)			
	jun 2004/ mai 2004	jun 2004/ jun 2003	Acumulado	
			No ano	12 meses
REGIÃO NORDESTE	3,3	15,3	5,7	0,9
CEARÁ	0,3	12,7	4,1	-0,1
PERNAMBUCO	2,0	16,9	7,4	5,0
BAHIA	3,6	21,7	10,0	2,4

Fonte: IBGE, PIM-PF, jul. 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br

ram responsáveis pelo bom desempenho da produção industrial cearense no primeiro semestre. As maiores taxas de crescimento nesse período foram de alimentos e bebidas (16,3%) e calçados e artigos de couro (15,3%).

bucos (16,9%), cuja expansão superou a média regional (15,3%). O Ceará verificou incremento ligeiramente inferior à média regional (12,7%).

No tocante à taxa acumulada para o primeiro semestre, novamente destaque para a Bahia (10,0%), seguida de Pernambuco (7,4%) — com expansões superiores à média regional (5,7%) — e o Ceará, que elevou sua produção física industrial em 4,1%. Estes resultados decorrem, principalmente, do desempenho dos setores de refino de petróleo e álcool, produtos químicos e alimentos e bebidas — os dois primeiros segmentos são bem mais importantes para a Bahia e Pernambuco do que para o Ceará.

Apesar da recuperação nos dois primeiros trimestres do ano, para o Ceará, em junho, o indicador acumulado nos últimos doze meses, permanece negativo (-0,1%), em função do baixo desempenho verificado pela sua indústria por três trimestres seguidos em 2003.

No Ceará, sete dos dez setores industriais pesquisados cresceram no mês de junho, com destaque para calçados e artigos de couro (30,7%), alimentos e bebidas (19,4%) e a indústria têxtil (9,8%). Os segmentos que apresentaram quedas expressivas foram minerais não-metálicos (-19,1%) e refino de petróleo e álcool (-8,8%).

Somente três dos dez ramos pesquisados fo-

O Estado de Pernambuco apresentou, no mês de junho e no acumulado do ano, taxas de crescimento da produção industrial superiores às médias regional e nacional. Diferentemente do Ceará, a taxa de crescimento nos últimos doze meses foi positiva (5,0%), resultado da expansão iniciada nos dois últimos trimestres de 2003. Oito dos onze setores investigados registraram crescimento positivo, com destaque para a metalurgia básica (62,4%), seguida por alimentos e bebidas (14,0%) e produtos químicos (10,3%). As maiores baixas estão vinculadas ao setor têxtil (-19,1%) e borracha e plástico (-1,6%). Na primeira metade de 2004, em relação ao mesmo período do ano passado, a indústria pernambucana teve um crescimento de 7,4%.

Em Pernambuco, sete dos onze setores pesquisados expandiram-se, com ênfase para a metalurgia básica (23,1%), alimentos e bebidas (9,6%) e produtos químicos (6,9%). Por outro lado, o setor têxtil (-11,1%) e as atividades de minerais não-metálicos (-6,6%) apresentaram as maiores taxas negativas no período.

A Bahia registrou no mês de junho a segunda maior taxa de crescimento industrial entre os estados investigados pelo IBGE, atrás apenas do Amazonas. No acumulado janeiro/junho, a expansão de 10% da produção industrial é inferior somente aos valores observados para os Estados do Amazonas e de São Paulo.

Na indústria baiana, oito dos nove setores investigados obtiveram resultados positivos no indicador mensal. A maior contribuição para a composição da taxa de 21,7% foi observada para produtos químicos (28,8%), alimentos e bebidas (20,2%) e refino de petróleo e álcool (15,2%). A única atividade que registrou desempenho negativo foi borracha e plástico, com queda de 1,6%.

No acumulado do semestre, a Bahia é o único estado pesquisado pelo IBGE onde todas as atividades investigadas tiveram desempenho positivo. Os segmentos que apresentaram maior percentual de crescimento foram veículos automotores (76,7%), metalurgia básica (15,5%), refino de petróleo e álcool (15,2%) e produtos químicos (9,8%). ●

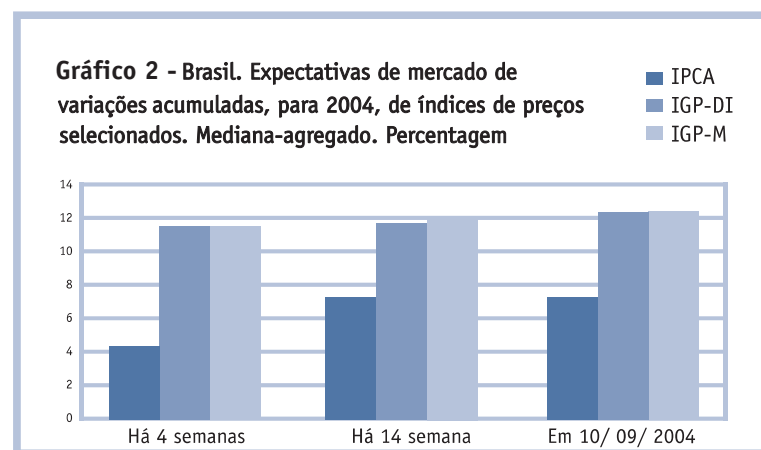
4 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

O bom desempenho da indústria nos últimos meses está se refletindo positivamente no nível de utilização da capacidade instalada (Nuci), que atingiu 84,2% em julho — acima dos 81,9% do mês de junho, configurando o maior índice desde abril de 1995 (Tabela 7).

A leitura desses números de forma agregada leva a concluir que, a princípio, ainda não subsistem maiores pressões inflacionárias. Entre-

tanto, essa questão precisa ser apreciada com cautela, uma vez que uma análise dos indicadores por categoria de uso e por gêneros industriais indica que o nível de utilização da capacidade instalada do setor de bens intermediários atinge 86,9%, em julho, seguido por bens de capital, com 81,9%, enquanto bens de consumo apresenta 80,4%.

De fato, algumas pressões inflacionárias começaram a se esboçar e as expectativas, segundo Relatório de Mercado do BACEN (Gráfico 2), de 10 de setembro de 2004, apontavam para uma alta do IPCA, IGP-DI e IGP-M — quando comparadas com as expectativas tanto de um mês como de uma semana antes. Isso, aliás, levou o Copom, na reunião de 15 de setembro, a aumentar a taxa Selic de 16,0% para 16,5%.



Fonte: BACEN - Relatório de Mercado, 10 set. 2004.

Tabela 7 - Nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) - Percentuais

ESPECIFICAÇÕES	2003			2004		
	abr	jul	out	jan	abr	jul
Indústria de transformação	80,70	80,40	61,60	80,80	81,90	84,20
Bens de Consumo	77,60	75,30	77,10	75,10	75,70	80,40
Bens de Capital	71,90	71,20	77,50	75,10	79,10	81,90
Material de Construção	78,60	78,70	78,40	80,50	81,90	80,80
Bens Intermediários	86,00	86,30	86,30	85,70	87,20	86,90
Gêneros com maior Nuci em julho de 2004						
Celulose, Papel e Papelão	91,20	91,80	93,70	92,60	92,00	95,00
Borracha	89,90	89,20	89,70	90,40	90,80	93,20
Metalurgia	89,40	88,50	90,10	90,40	89,80	92,20
Perfumaria, Sabões, Detergentes, Glicerinas e Velas	77,70	71,30	70,50	80,80	94,40	91,70
Indústria Têxtil	84,00	85,20	88,80	84,40	89,40	90,30
Gêneros com menor Nuci em julho de 2004						
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	76,30	58,60	65,80	58,80	62,30	62,20
Fumo	80,90	73,10	52,50	52,70	71,80	65,90

Fonte: Extraída de FGV-IBRE - *Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação*, ano 173, n. 132, 28 jul. 2004.

Considerando a expectativa de que o crescimento das exportações e a recuperação do mercado interno devam continuar estimulando a produção, a questão é saber se o setor de bens intermediários conseguirá atender essas demandas, uma vez que alguns segmentos já começam, praticamente, a atingir o teto da capacidade instalada. Entre estes, destacam-se celulose, papel e papelão (95,0%), borracha (93,2%) e metalurgia (92,2%). Outras atividades ligadas ao setor de bens de consumo também apresentam um alto nível de utilização da capacidade instalada, a exemplo de perfumaria, sabões detergentes, glicerinas e velas (91,7%) e a indústria têxtil (90,3%).

Torna-se urgente que esses setores sejam destacados para novos investimentos em capacidade produtiva, sob pena de incorrem em gargalos de oferta para a continuidade do crescimento, implicando a necessidade de se ter que incrementar as importações — nesse caso, o processo teria de ser feito de maneira criteriosa e seletiva, para afastar o risco de comprometer a “performance” da balança comercial. Portanto, a sustentação do ritmo de crescimento passa pela recuperação do investimento no setor de bens intermediários, no curto e médio prazos, inclusive, abrindo perspectivas para localizações regionais competitivas. ●

5 - Expectativas Empresariais

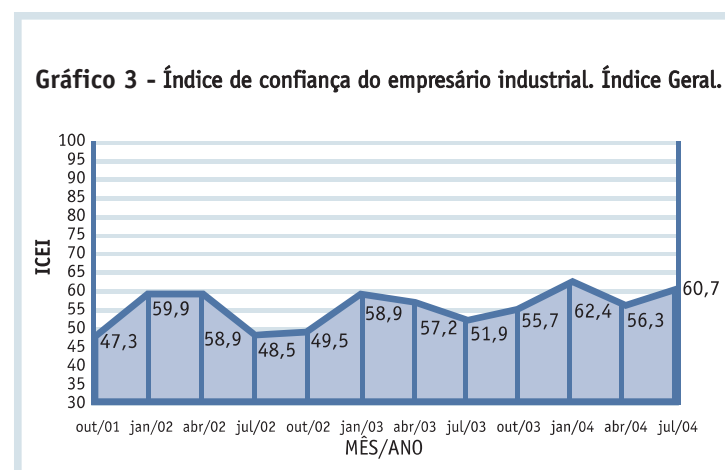
A pesquisa “Expectativa dos Setores Industriais para o Ano de 2004”, realizada pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), revela confiança do empresariado no desempenho da economia brasileira no segundo semestre. O levantamento indica que 77% dos empresários, de um universo de 64 sindicatos patronais entrevistados entre 19 de julho e 3 de agosto, acreditavam em uma boa “performance”, enquanto somente 10% estavam pessimistas.

Esse resultado significa um avanço importante, pois pesquisa realizada em março de 2004 apontava que somente 49,0% dos empresários estavam confiantes em relação aos seus negócios, ao passo que 28% se revelavam pessimistas.

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada com um universo de 200 grandes empresas e 1.097 pequenas e médias, também evidencia que os empresários estão confiantes na recuperação da economia nacional.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), que reflete as expectativas dos empresários para os próximos seis meses, passou de 56,3 pontos, em abril, para 60,7 pontos, em julho, representando evolução de 7,8%, neste indicador, em apenas três meses. O Icei é calculado a partir de perguntas sobre a atividade econômica e a situação específica de cada empresa, e seu valor máximo é igual a 100.

Uma análise do Icei no intervalo 2001/2004, no entanto, registra grande volatilidade das expectativas empresariais. No período mais denso das eleições de 2002, por exemplo, o índice recuou: caiu de 58,9, em abril, para 48,5, em julho — e manteve-se praticamente no mesmo nível em outubro. É importante recordar que o governo Lula assumiu ainda sob a ameaça de descontrole inflacionário, levando as autoridades econômicas a conduzirem as políticas fiscais e monetárias no sentido de reverter essas expectativas, com ênfase para a política de juros.

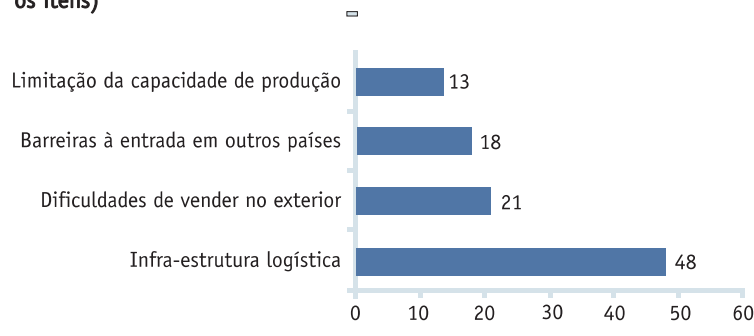


Fonte: Dados originais, Confederação Nacional da Indústria.

O movimento altista da taxa Selic, iniciado em janeiro⁴, atingiu o teto máximo do governo Lula em fevereiro do ano passado (26,5%), estabilizando-se nesse patamar até 23 de maio do mesmo ano. A partir de junho, no entanto, começa um movimento de redução importante, com a taxa chegando a 16,5% em dezembro de 2003. Conclui-se que esses fatos conjunturais guardam estreitas relações com as mudanças de expectativas do empresariado (Gráfico 3).

⁴ Em 2 de janeiro de 2003, o Copom elevou a meta da taxa Selic de 25,0 para 25,5% a. a.

Gráfico 4 - Avaliação de exportadores brasileiros no tocante à dificuldade para expandir as exportações (total de 100 pontos distribuídos entre os itens)



Fonte: Coppead

A mesma análise sugere que a melhoria das expectativas é evidente no que diz respeito ao crescimento da produção — o índice que era de 47,8 pontos, no primeiro trimestre, subiu para 55,7 pontos no segundo trimestre.

No que se refere ao emprego, o índice de expectativas de “contratações” subiu de 49,2 pontos, no primeiro trimestre, para 52,8 pontos, no segundo trimestre. Vale salientar que, nos últimos três anos, esse indicador sempre ficou abaixo dos 50 pontos.

Os empresários também demonstraram otimismo com o crescimento do faturamento, cujo índice de expectativa passou de 47,6 pontos para 56,2 pontos. Finalmente, observa-se, da parte dos empresários, grande entusiasmo em relação à continuação do dinamismo das exportações — o indicador que traduz as expectativas de vendas para o exterior atingiu 61,4 pontos, sendo o nível mais favorável desde a crise cambial de janeiro de 1999.

O segmento empresarial deixou claro, no entanto, que o crescimento sustentável da economia brasileira passa pela diminuição gradual dos juros, para que o investimento privado responda com maior vigor. A decisão do Banco Central de interromper o processo de redução das taxas de juros pode acarretar uma reversão das ex-

pectativas otimistas dos empresários, limitando os investimentos necessários para garantir a continuidade do crescimento econômico com estabilidade de preços.

Elevações acentuadas das taxas de juros, neste segundo semestre, poderão implicar reduções indesejadas dos investimentos em setores importantes da indústria de base que estão

atingindo o limite de uso da capacidade instalada, agravando os problemas de estrangulamentos de oferta já existentes.

Além dos problemas relacionados com a taxa de juros, a pesquisa “Logística e Comércio Internacional”, realizada pelo Centro de Estudos em Logística (CEL), do Centro de Pós-Graduação em Administração (Coppead), revelou que 94% dos grandes exportadores do país estimam que a infra-estrutura brasileira não atende as necessidades da empresa.

Chama a atenção na pesquisa — que utilizou como referência os cem maiores exportadores do Brasil, responsáveis por 54% do valor das vendas externas — o fato de que 60% dos grandes exportadores de grãos e de contêineres do país acreditam na deterioração da infra-estrutura de comércio nos próximos cinco anos. Com relação aos transportes, as críticas por ineficiência concentram-se principalmente no modal ferroviário, considerado incapaz de suprir as necessidades dos exportadores, por 93% dos entrevistados. Por outro lado, 46% dos exportadores consideram o transporte aéreo eficiente.

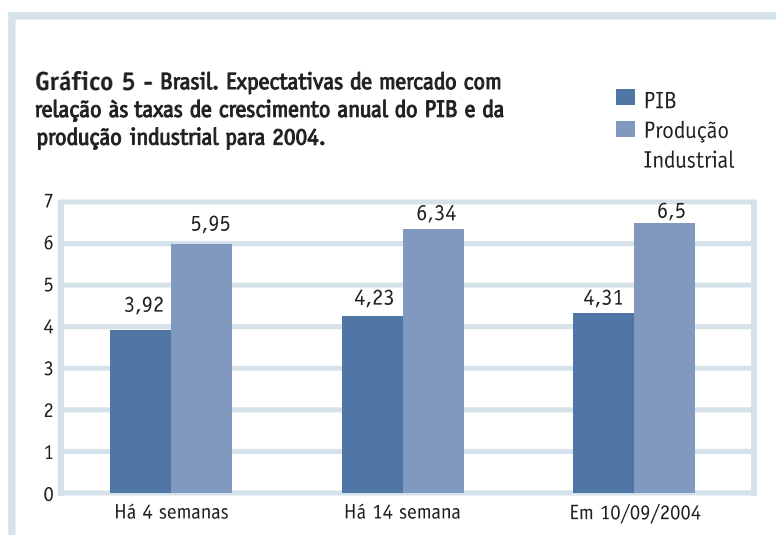
A infra-estrutura logística é apontada por 48% dos entrevistados como principal gargalo ao crescimento das exportações, seguida pelas dificuldades de vendas no exterior por falta de

competitividade (21%). As barreiras à entrada de produtos brasileiros em outros países e a limitação da capacidade de produção foram também admitidas como fatores prejudiciais à expansão das exportações, com 18% e 13% das respostas, respectivamente.

Evidencia-se que os fatores limitantes internos – dependentes diretamente da expansão do investimento, público e privado, a exemplo da infra-estrutura logística e limitação da capacidade de produção – superam as expectativas negativas dos obstáculos impostos no exterior,

devido à competitividade e barreiras específicas à entrada de produtos brasileiros.

Por fim, cabe mencionar que, neste início de segundo semestre, mesmo diante de certos fatores negativos, inclusive de ameaça de recrudescimento inflacionário, as expectativas em geral são otimistas. O último Relatório de Mercado publicado pelo Banco Central aponta para este ano expectativas de crescimento, tanto em relação ao PIB (4,3%) quanto à produção industrial (6,5%), superiores às que vinham sendo oficialmente projetadas (Gráfico 5). ●



Fonte: BACEN - Relatório de Mercado, 10 set. 2004.

SETOR EXTERNO

Desempenho da balança comercial supera expectativas

1 - Balança Comercial

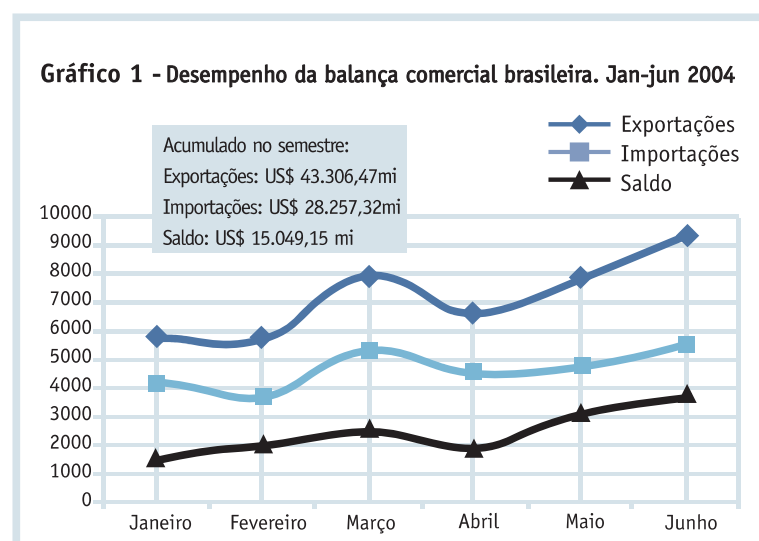
Em junho, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 9,3 bilhões e as importações US\$ 5,5 bilhões, resultando em superávit de US\$ 3,8 bilhões. O valor foi recorde histórico mensal, superando em 17,7% a marca de maio de 2004 (US\$ 7,9 bilhões) e em 57,6% o valor exportado em junho de 2003.

Em junho de 2004, o saldo da balança comercial também apresentou recorde histórico mensal, superando em 22,6% o mês anterior (US\$ 3,1 bilhões). Graças a ganhos dessa proporção, o Brasil acumulou superávit de US\$ 15,1 bilhões de janeiro a junho de 2004.

O desempenho da balança comercial impressiona ainda mais se for levado em consideração que as importações no mês de junho registraram o maior valor do ano, constituindo-se também em recorde histórico para meses de junho. A recente recuperação do PIB — conjugada às flutuações mais atenuadas da taxa de câmbio, que está situado em níveis considerados mais realistas — vem propiciando um crescimento importante das importações (Gráfico 1).

Esse fato é extremamente importante, já que os excedentes comerciais verificados em 2003 refletiam não somente aumentos das exportações, mas, principalmente, baixas taxas de crescimento das importações em função da conjuntura recessiva.

Entretanto, a recuperação verificada a partir do final de 2003 não vem se traduzindo, até o momento, em taxas muito acentuadas de crescimento do valor das importações. Isto pode estar refletindo um movimento significativo de substituição de importações por parte das empresas brasileiras. Convém destacar que esse crescimento simultâneo das exportações e das



Fonte: Dados originais MDIC, disponível em www.mdic.gov.br

importações ao longo do ano tem contribuído para um incremento significativo da corrente de comércio, que registrou no acumulado do primeiro semestre deste ano o recorde histórico de US\$ 71,6 bilhões.

O expressivo desempenho das exportações foi, além da relativa estabilidade cambial aludida, sobretudo, consequência da conquista de novos mercados. Comparando junho de 2004 com o mesmo mês do ano anterior, verifica-se uma evolução importante das exportações brasileiras para todas as regiões, particularmente para o Oriente Médio (225,9%) e para a África (96,2%).

Em relação aos principais países de destino das exportações, os destaques ficaram por conta da China (92,9%) e da Argentina (67,5%). Ressalte-se, contudo, que as restrições argentinas às exportações brasileiras de refrigeradores, fogões e máquinas de lavar roupas podem se refletir negativamente nas vendas direcionadas para aquele país.

De acordo com dados da Funcex¹, o crescimento do valor das exportações foi baseado tanto no aumento dos preços quanto na expansão das

quantidades. Em junho deste ano, em relação a junho de 2003, os preços obtiveram ganhos de 13,9%, ao passo que o “quantum” apresentou aumento de 39,5%.

Na avaliação por setor exportador, o crescimento do valor das exportações dos produtos básicos está relacionado tanto ao aumento da quantidade (43,3%) quanto dos preços (28,7%). O mesmo fenômeno ocorreu com os produtos semimanufaturados, que apresentaram ganho de 12,5% no preço e de 22,5% no “quantum”, em relação a junho de 2003. Os produtos manufaturados, comparando junho deste ano com igual mês de 2003, registraram alta de 42,0% no volume exportado, enquanto a elevação de preços contribuiu com somente 6,4%.

Os principais produtos básicos exportados no mês foram soja em grão (US\$ 3,0 bilhões), minério de ferro (US\$ 2,0 bilhões) e farelo de soja (US\$ 1,7 bilhão). Entre os semimanufaturados, ênfase para ferro e aço (US\$ 921 milhões), celulose (US\$ 832 milhões) e couros e peles (US\$ 629 milhões). No grupo dos manufaturados sobressaíram-se aviões (US\$ 1,5 bilhão), automóveis (US\$ 1,4 bilhão) e laminados planos (US\$ 890 milhões). ●

¹ Cf. *Boletim Funcex de Comércio Exterior*, Ano VIII, n. 7, jul. 2004.

2 - O Desempenho das Exportações Nordestinas

De modo similar à economia brasileira, neste primeiro semestre, o comércio exterior da região Nordeste expressou uma “performance” positiva. As exportações totalizaram US\$ 3,4 bilhões e as importações US\$ 2,1 bilhões, resultando num superávit de US\$ 1,2 bilhão — dado significativo, considerando que, nos últimos anos, a balança comercial nordestina vinha sendo deficitária (Gráfico 2).

Embora as exportações nordestinas acompanhem a tendência nacional, no primeiro semestre deste ano, a análise dos números revela nuances importantes. Até maio, por exemplo, as taxas de crescimento mensais eram bem menores do que as registradas para o Brasil. Somente em junho, as vendas regionais ao exterior evoluíram numa proporção maior que a média do país. Além disso, nos períodos de taxas negativas de crescimento das exportações, o Nordeste evidencia declínio nas vendas internacionais maior do que a média do país (Gráfico 3).

Por conta dessa relação, a participação das exportações nordestinas no total do Brasil recuou de 9,8%, em janeiro, para 6,2% em maio deste

ano. As importações também cresceram a taxas menores do que os índices observados para o país — a participação nacional caiu de 8,9% em janeiro, para 6,9% em junho.

Vale ressaltar que as vendas nordestinas ao exterior registraram no mês de junho o maior valor do ano, atingindo US\$ 747,7 milhões. Comparadas com igual mês do ano anterior, as exportações regionais cresceram 69,7% — e 51,0% sobre maio de 2004. As importações, por sua vez, evoluíram 29,8% em relação a junho de 2003 e 10,0% no comparativo com maio deste ano.

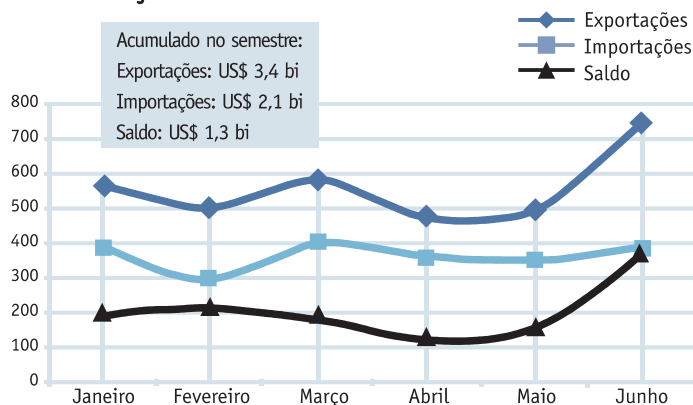
Em 2004, tanto a região Nordeste como o Brasil apresentaram uma relação comercial em que as exportações predominam sobre as importações. Entretanto, os saldos comerciais nordestinos são proporcionalmente maiores que os verificados para o país.

A participação no saldo da balança comercial acumulado no período de janeiro/junho para a região Nordeste é de 23,6%, e de 21,1 % para o Brasil. Em junho de 2004, esses valores foram, respectivamente, 33,0% e 26,0%.

Conclui-se, portanto, que as exportações regionais têm peso maior na balança comercial nordestina do que as vendas externas brasileiras em relação ao país.

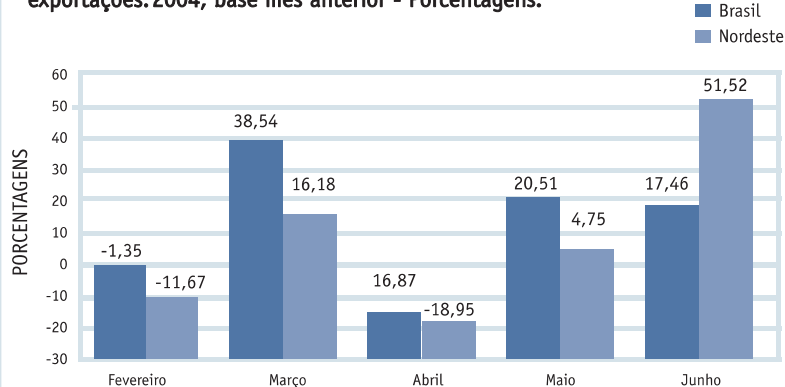
Em junho de 2004, a corrente de comércio nordestina (exportação + importação) somou US\$ 1,12 bilhão — maior valor do ano, superando março de 2004 (US\$ 982,31 milhões). No período de janeiro/junho, acumulou US\$ 5,50 bilhões,

Gráfico 2 - Região nordeste. Desempenho da balança comercial. Jan-jun 2004



Fonte: Dados originais MDIC, disponível em www.mdic.gov.br

Gráfico 3 - Brasil-Região Nordeste. Incremento mensal das exportações. 2004, base mês anterior - Porcentagens.



Fonte: MDIC

11,7% acima da cifra obtida no mesmo período de 2003. Em termos de participação na corrente de comércio brasileira, o Nordeste respondeu por 7,6%, no mês de junho, e 7,7% no acumulado do semestre - valores menores do que os verificados no mesmo período de 2003.

Na região Nordeste, excetuando Pernambuco e Sergipe, os demais estados apresentaram superávit no mês de junho de 2004, bem como no acumulado do primeiro semestre. E em termos de corrente de comércio, apenas Pernambuco e Maranhão deixaram de evidenciar incremento nos primeiros seis meses deste ano, em relação a igual período de 2003.

No que se refere à participação dos estados nas exportações da Região, no período janeiro/junho, destaca-se a liderança da Bahia, com, praticamente, 50,0% das exportações, seguida pelo Maranhão (13,2%) e Ceará (12,3%). Alagoas e Rio Grande do Norte situaram-se em posições bastante similares, com participações de 6,7% e 7,7%, respectivamente - acima de Pernambuco (6,0%).

Na comparação com janeiro/junho de 2003, Bahia, Alagoas e

Pernambuco apresentaram perdas de participação no total regional das exportações.

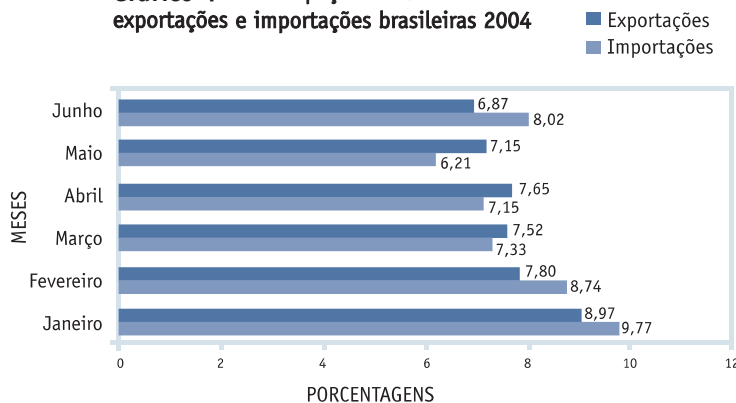
Do ponto de vista da composição da pauta, percebe-se a forte especialização das exportações dos estados nordestinos em setores intensivos em recursos naturais e em mão-de-obra. Uma listagem dos cinco principais setores exportadores, por ordem de-

crescente de valor, revela essa especialização.

Em Alagoas, no mês de junho, figuraram entre os itens mais exportados: açúcares e produtos de confeitaria; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento; produtos químicos orgânicos; plásticos e suas obras. O setor de açúcares e produtos de confeitaria lidera a pauta de exportação, respondendo por 59,9% das vendas estaduais, seguido pelo setor de bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, com 31,6%. Juntos, somaram 91,5% das exportações alagoanas.

No acumulado de janeiro/junho, os cinco setores mencionados responderam por 99,0% das exportações, revelando forte concentração da

Gráfico 4 - Participação nordestina nas exportações e importações brasileiras 2004



Fonte: MDIC

Tabela 1 - Brasil e Região Nordeste. Corrente de comércio* e saldo da balança comercial

MESES	BRASIL			NORDESTE		
	Saldo (S) US\$ bilhões	Corrente Com. (CC) US\$	(S) (CC) (%)	Saldo (S) US\$ bilhões	Corrente Com. (CC) US\$	(S) (CC) (%)
Janeiro	1,59	10,01	16	0,19	0,94	20
Fevereiro	1,98	9,46	21	0,21	0,79	26
Março	2,60	13,26	20	0,18	0,98	18
Abril	1,96	11,22	17	0,12	0,83	14
Maio	3,12	12,76	24	0,15	0,84	18
Junho	3,81	14,84	26	0,37	1,13	33

Fonte: Dados originais - MDIC, disponível em www.mdic.gov.br

Nota: *Corrente de comércio = Exportação + Importação

pauta do Estado. Açúcares e produtos de confeitaria e bebidas, líquidos alcóolicos e vinagres participaram com, respectivamente, 71,2% e 19,1% das exportações totais.

Resíduos das indústrias alimentares; produtos químicos orgânicos; veículos automóveis, tratores etc., suas partes/acessórios; combustíveis minerais, óleos minerais etc., ceras minerais; sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes etc., são os cinco setores que lideram as exportações na Bahia, somando cada um mais de 5,0% da pauta de exportação estadual.

O setor de resíduos das indústrias alimentares respondeu por 17,5%, seguido por produtos químicos orgânicos (16,2%), e veículos automóveis, tratores etc., suas partes/acessórios (14,5%). Entre janeiro e junho, os cinco setores representaram 57,5% das exportações totais. Veículos automóveis, tratores etc. suas partes/acessórios despontaram com 17,1%, acompanhados por produtos químicos orgânicos (16,9%).

No Ceará, os setores com maior participação na pauta de exportação no mês de junho foram frutas, cascas de cítricos e de melões; peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes; algodão; ferro fundido, ferro e aço. Esses cinco segmen-

tos participaram cada um com mais de 10% da pauta de exportação.

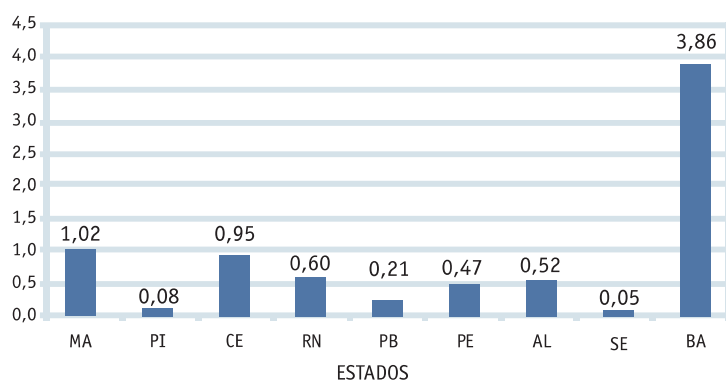
O setor de frutas, cascas de cítricos e de melões teve a maior participação nas exportações do Estado (18,5%), seguido pelo setor de peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos (18,2%). Destaque também para calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes, que contribuíram com 17,1% das exportações estaduais.

No acumulado de janeiro/junho, o setor de calçados liderou a pauta de exportação, com uma participação 22,9%, à frente de frutas, cascas de cítricos e de melões (17,3%). No primeiro semestre, os cinco principais segmentos exportadores participaram com 79,6% das exportações estaduais.

Sementes e frutas oleaginosas, grãos, sementes etc; alumínio e suas obras; produtos químicos inorgânicos etc; ferro fundido, ferro e aço; minérios, escórias e cinzas figuraram entre os principais itens exportados pelo Maranhão no mês de junho. Cada segmento apresentou participação superior a 5,0% nas exportações totais.

Apenas sementes e frutas oleaginosas (28,1%) e alumínio e suas obras (25,4%) responderam por mais de 50,0% do total exportado pelo Es-

Gráfico 5 - Participação das exportações nordestinas no total das exportações brasileiras, segundo os estados. Acumulado do 1º semestre de 2004



Fonte: Dados originais MDIC, disponível em www.mdic.gov.br

tado. Destacam-se, ainda, produtos químicos inorgânicos, etc., (20,4%), com 20,4% das exportações, e ferro fundido, ferro e aço (13,5%).

No acumulado de janeiro/junho, os cinco setores selecionados foram responsáveis por 97,3% das vendas externas maranhenses, evidenciando forte concentração da pauta de exportação do Estado. Somente o setor de alumínio e suas obras respondeu por quase 50,0% do total.

Entre os principais itens exportados pela Paraíba no mês de junho estão relacionados artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc; calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes; algodão; pastas, feltros e falsos tecidos etc.; peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

O setor mais importante da pauta estadual, artefatos têxteis confeccionados, sortidos etc, respondeu por 39,3% do total das vendas externas, enquanto calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes participaram com 22,5%. Destaca-se ainda o setor de algodão, com 15,7% da pauta. Juntos, esses três segmentos são responsáveis por 77,5% das exportações. Nos seis primeiros meses de 2004, os cinco setores somaram 84,7% das vendas externas do Estado.

No Rio Grande do Norte, em junho, combustíveis minerais, óleos minerais etc. ceras minerais; peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; frutas, cascas de cítricos e de melões; açúcares e produtos de confeitaria; vestuário e seus acessórios de malha foram os setores que geraram maiores exportações.

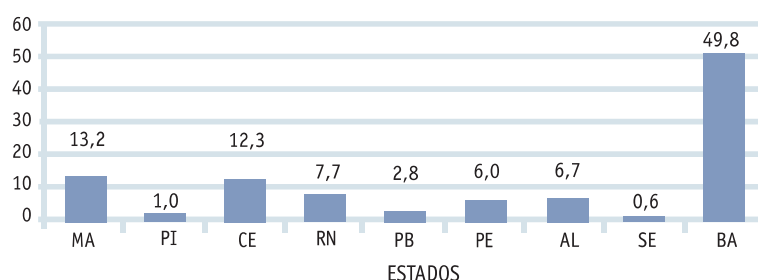
Os dois primeiros setores citados participaram com 70,20% e 15,3% do total exportado, respectivamente. No acumulado de janeiro/junho, os principais segmentos responderam por 91,8% das vendas internacionais.

No Piauí, também em junho, lideraram as exportações os setores de vestuário e seus acessórios, exceto de malha; frutas, cascas de cítricos e de melões; gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais etc; peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; leite e laticínios, ovos de aves, mel natural etc.

O principal segmento exportador foi o de vestuário e seus acessórios, com 25,1%. Em seguida, frutas, cascas de cítricos e de melões (21,6%), e gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais (13,8%). No acumulado do semestre, a participação desses setores na pauta de exportação do Estado foi de 69,5%. O segmento frutas, cascas de cítricos e de melões apresentou o melhor desempenho, com 19,5%.

Pernambuco possui entre os principais itens na pauta de exportação os setores de açúcares e produtos de confeitaria; peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes etc; alumínio e suas obras; plásticos e obras.

Gráfico 6 - Participação dos estados no total das exportações da Região. Acumulado do 1º semestre de 2004



Fonte: Dados originais MDIC, disponível em www.mdic.gov.br

Somente o setor de açúcares e produtos de confeitaria respondeu por 43,0% da pauta de exportação, seguido por peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos (10,3%). No acumulado de janeiro/junho, os cinco setores somaram 65,5% do total da pauta estadual.

Em termos de participação nas exportações totais, o destaque fica por conta do setor de preparação de produtos hortícolas, de frutas etc, com 29,33%. No acumulado do semestre, os cinco principais segmentos exportadores foram responsáveis por 95,5%, revelando a forte concentração da pauta sergipana. ●

3 - Balanço de Pagamentos e Conta de Capitais

Em junho, a conta de transações correntes foi superavitária em US\$ 2,1 bilhões — maior resultado verificado em toda a série histórica. Em relação a junho de 2003, constatou-se um incremento de 333,2%. O fator que mais contribuiu para essa “performance” foi o expressivo superávit na balança comercial (US\$ 3,8 bilhões). Entretanto, vale destacar a diminuição nos gastos líquidos com serviços nesse período, que somaram US\$ 503 milhões — abaixo dos US\$ 572 milhões registrados em junho de 2003.

No acumulado de janeiro/junho, as transações correntes acumularam um excedente de US\$ 4,4 bilhões, ante somente US\$ 517 milhões no mesmo período do ano anterior, consolidando significativo incremento de 753,9%. Assim, a rela-

ção transações correntes/PIB, que era de 0,21% no primeiro semestre de 2003, passou para 1,60% no primeiro semestre de 2004.

Em sentido contrário, em julho, as remessas líquidas de renda revelam um pequeno crescimento (2,7%) em relação ao mesmo mês do ano passado. Esse resultado decorre, principalmente, dos pagamentos líquidos de juros de renda fixa, que cresceram 29,8% no período — totalizando US\$ 617 milhões. Por outro lado, as remessas de lucros e dividendos registraram uma queda de 11,2%, na mesma base de comparação.

No primeiro semestre de 2004, as remessas líquidas de renda atingiram 10,3 bilhões — 17,7% superiores às do período equivalente de 2003.

Tabela 2 - Brasil - Balanço de pagamento (US\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004	
	jun	jan-jun	jun	jan-jun
Balança comercial (FOB)	2.354	10.397	3.810	15.049
Serviços e Rendas	-2.073	-11.107	-2.045	-12.236
Transferências Unilaterais Correntes Líquidas	194	1.227	292	1.602
Transações correntes	475	517	2.058	4.415
Conta capital e financeira	4.528	9.126	-2.457	-1.757
Investimento Direto (líquido)	211	2.844	275	3.224
Investimento em Carteira	1.792	3.901	-642	-3.701
Resultado global do balanço	4.978	8.969	-837	1.346
Transações Correntes/PIB (%)	-	0	-	2
IEB/PIB (%)	-	1	-	1
Amortizações de Médio e Longo Prazos	3.052	11.740	3.406	16.896
Pagas	2.988	11.216	3.330	16.454
Refinanciadas	-	-	-	-
Conversões	64	525	76	442

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: *Dados preliminares

Desse total, 24,3% correspondem às remessas vinculadas a rendas de investimentos diretos e 55,1% representam remessas líquidas de rendas de investimento em carteira.

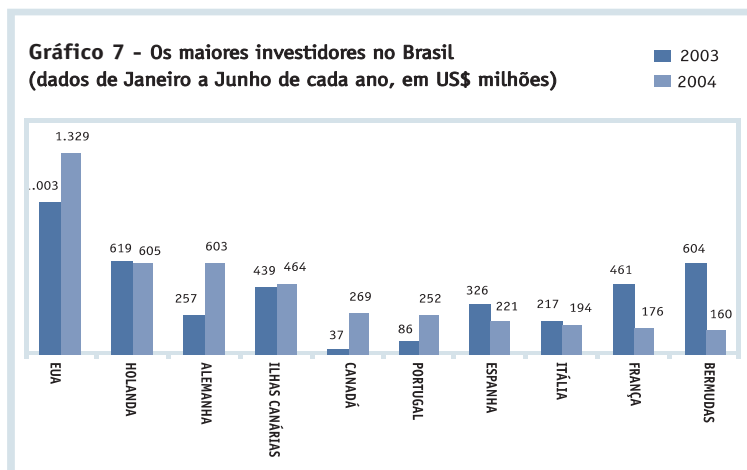
No que se refere à conta financeira do balanço de pagamentos, o mês de junho registrou saídas líquidas de US\$ 2,5 bilhões. Os investimentos estrangeiros diretos alcançaram o valor de US\$ 737 milhões, compreendendo US\$ 703 milhões em investimento na forma de participação e US\$ 34 milhões em empréstimos intercompanhias. No primeiro semestre do ano, o volume de recursos que ingressou no país na forma de investimento direto cresceu 15,5%, totalizando US\$ 4,0 bilhões.

Com a recuperação das taxas de crescimento, as empresas estrangeiras estão começando a avaliar as possibilidades de expandirem seus negócios no país. Entre os principais investidores, estão os EUA, a Holanda e a Alemanha, que participaram com 25,6%, 15,3% e 15,0%, respectivamente, do total dos aportes realizados neste primeiro semestre. Conforme projeção da

Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), os investimentos estrangeiros diretos deverão atingir US\$ 15 bilhões em 2004, cifra 50% acima do previsto para este ano.

No que diz respeito aos investimentos estrangeiros em carteira, junho totalizou remessas líquidas de US\$ 642 milhões, em contraposição às captações de US\$ 1,7 bilhão observadas no período equivalente de 2003. Os investimentos líquidos em ações e em renda fixa tiveram, nesse mesmo período, saldo negativo de US\$ 189 milhões e US\$ 246 milhões, respectivamente.

No acumulado de janeiro/junho, os investimentos líquidos em carteira apresentaram saldo negativo de US\$ 3,7 bilhões, ante captações líquidas de US\$ 3,9 bilhões no primeiro semestre de 2003. No período, os investimentos líquidos em títulos de renda fixa apresentaram saldo negativo de US\$ 3,9 bilhões, diferentemente dos investimentos em ações — que acumularam ingressos líquidos de US\$ 814 milhões.



Fonte: Dados originais: Sobeet, apud Valor Econômico

As reservas internacionais, no conceito de liquidez internacional, atingiram o montante de US\$ 49,81 bilhões, no fim de junho, apresentando uma ligeira retração (1,45%) com relação à posição de maio. Comparada com a posição em fim de junho de 2003, tem-se um acréscimo de 3,86% e, com relação a dezembro, um discreto incremento de 1,03%.

O fato é que, em junho, a posição em fim de período das reservas internacionais situou-se numa posição equivalente a 10 meses de importação de bens — uma situação ligeiramente inferior às posições de junho e dezembro de 2003, quando correspondiam a 12 meses de importação de bens.

Convém assinalar que, em junho deste ano, completaram 12 meses em que o excelente desempenho da

balança comercial contribuiu decisivamente para reverter o histórico saldo negativo em transações correntes. Conforme informações do Banco Central, no acumulado de dezembro/2002 - dezembro/2003, o saldo em transações correntes como percentagem do PIB foi de -1,67%. Essa relação foi de -0,1% em maio; e de 0,27% em junho. A partir daí, segue-se uma ordem crescente dessa participação, chegando a atingir 1,69% em junho deste ano. ●

EMPREGO E RENDIMENTO

Crescimento do emprego formal reflete bom momento da economia

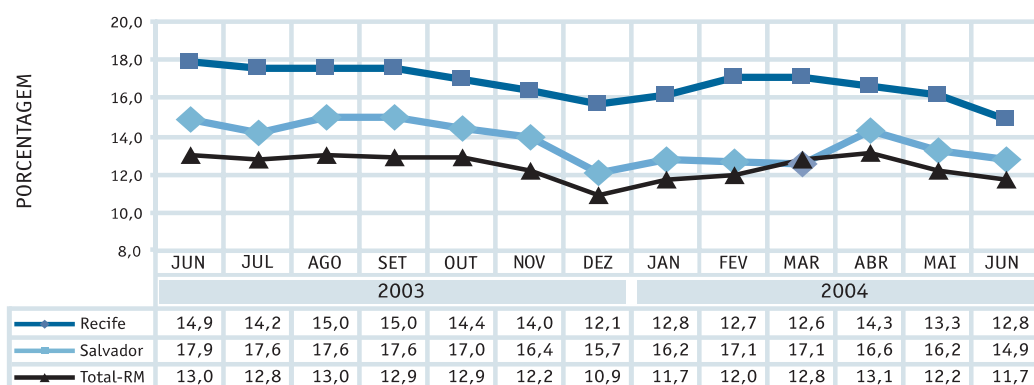
1 - Níveis de Desemprego e Ocupação

Em junho, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE revela queda pelo segundo mês consecutivo da taxa de desocupação – 11,7% em contraponto com 12,2% em maio, ou, ainda, com os 13,0% de junho de 2003. Os números indicam que a recuperação da economia está permitindo uma absorção da mão-de-obra para além

do crescimento da população economicamente ativa¹.

Essa modificação positiva no mercado de trabalho metropolitano se contrapõe aos movimentos de desemprego crescente que se verificaram no período de janeiro/abril de 2004.

Gráfico 1 - Taxas de desocupação dos agregados das regiões metropolitanas coberta pela PME e das regiões Recife e Salvador. Jun/03 a jun/04



Fonte: Dados originais: IBGE - Pesquisa Mensal de emprego

¹ A cobertura da PME abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Note-se, nesse sentido, que a taxa de desocupação em junho foi igual à alcançada em janeiro deste ano.

Dependendo do ritmo de crescimento da economia a partir do segundo semestre — e todos os indícios são de que ocorrerá de modo similar ao verificado no primeiro — as taxas de desemprego deverão se reduzir ou pelos menos se manter em níveis mais baixos que o pico observado em abril deste ano (13,1%), que, por seu turno, foi estatisticamente igual a junho de 2003.

Em relação ao Nordeste, esses indicadores estão limitados às regiões metropolitanas de Recife e Salvador e apresentaram comportamentos muito assemelhados ao agregado das áreas cobertas pela PME, mas com algumas particularidades importantes. Destaca-se, por exemplo, o fato de que as taxas de desocupação dessas duas regiões metropolitanas apresentam-se (Gráfico 1) superiores à média nacional, com maior expressão quantitativa para Salvador.

Verifica-se, no entanto, que, em março de 2004, a taxa de Recife praticamente igualou-se à média nacional. Isso porque, enquanto verificava-se movimento ascendente da média nacional, no período de janeiro/abril, a região expressava uma certa estabilidade estatística da sua taxa, ocorrendo nesse momento a aludida paridade.

Entretanto, já em abril, a taxa de Recife sobe para 14,3% e a média nacional para 13,1%. Ou seja, incrementos, com relação a março, de 13,5% e 2,3%, respectivamente. Por outro lado, na região de Salvador, passava a ocorrer um movimento descendente da sua taxa de desocupação logo a partir de abril, contrastando com a

de Recife e a média nacional, cujos decréscimos começaram em maio.

Nesse sentido, Salvador alcança o mês de junho com a sua menor taxa de desocupação mensal no período em foco — em torno de 15,0%. Mesmo assim, a taxa de desocupação nessa região metropolitana ainda permanece em nível bem mais alto que a de Recife e a nacional.

Um fato importante no contexto do mercado de trabalho metropolitana coberto pelo levantamento da PME é a diferença substantiva entre as taxas de desocupação de homens e mulheres. Em junho deste ano, a taxa de desemprego

para as mulheres no agregado das áreas da PME foi estimada em 14,6%, em contraponto com 9,4% para os homens. Comparando com junho de 2003, houve uma redução da taxa de desocupação das mulheres de 7,0%, enquanto para os homens essa retração foi de 12,1%.

Com relação a maio deste ano, essas reduções foram de 9,0% para as mulheres e de 3,1% para os homens. Além disso, a taxa máxima de desemprego aberto para a PEA feminina, no período de junho/2003-junho/2004, ocorreu no mês de abril deste ano, quando atingiu 16,3%, enquanto para a PEA masculina, essa taxa foi de 10,7% — alcançada em junho do ano passado.

O que se pode inferir desta situação é que os incrementos da taxa agregada de desemprego estão sendo mais fortemente afetados pela taxa de desemprego das mulheres. Ressalte-se que a participação das mulheres na PEA total das áreas da PME, em junho deste ano, situou-se em torno de 45,1%. Em junho do ano passado, essa proporção era de 44,9% — o equivalente a 9,5 milhões de mulheres.

“..um fato importante do mercado de trabalho é a diferença substantiva entre as taxas de desocupação de homens e mulheres.”

A decomposição, por gênero do desemprego nas duas regiões pesquisadas se assemelha em muito, ao agregado nacional. Para Recife, em junho deste ano, essas taxas foram de 14,4% e 11,5% para as mulheres e homens, respectivamente. Em junho do ano passado, na mesma ordem, foram 17,7% e 12,8% — indicando um decréscimo expressivo da taxa de desocupação das mulheres (18,6%), e menor para os homens (10,2%).

Considerando que, em junho de 2004, a taxa média de desocupação em Recife foi de 12,8%, novamente se pode inferir que a pressão sobre a taxa média de desemprego na área é provida, em maior proporção, da taxa de desemprego feminina. O número de mulheres na PEA de Recife, naquele mês, foi estimado em 627 mil pessoas, representando 44,2% da PEA local.

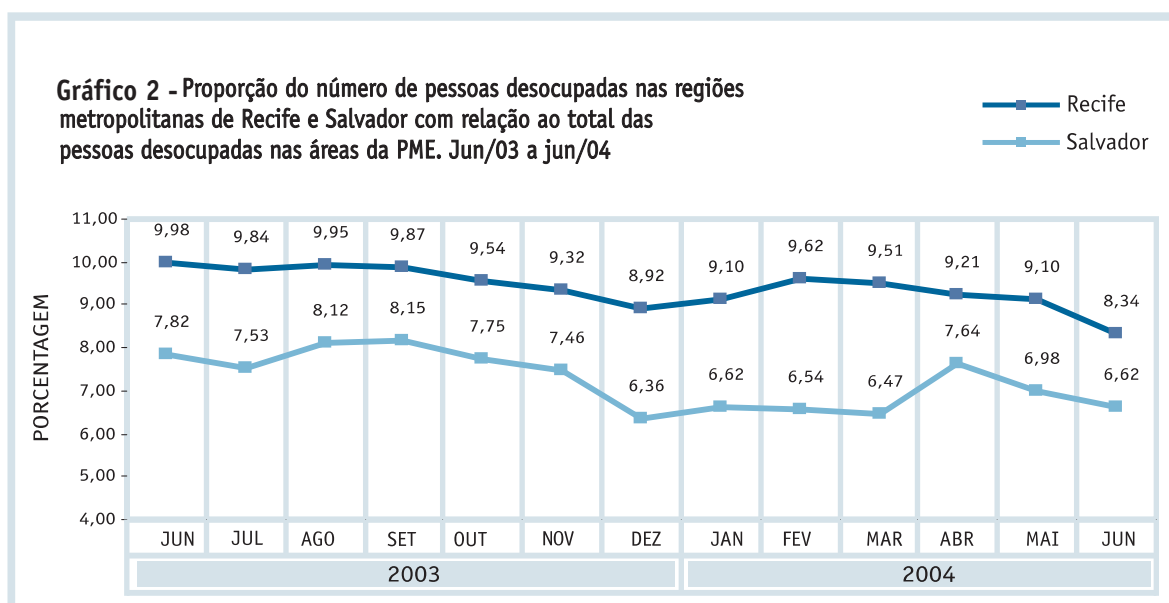
É relevante o fato de que a taxa de desocupação masculina passa de 11,0% em maio, para 11,5% em junho, enquanto a taxa de desocupação feminina recua de 16,2% para os 14,4% — a taxa de desocupação agregada, portanto, oscila de 13,3% para 12,8%. Assim, mais uma vez, reafirma-se a influência que a taxa de desemprego feminina vem exercendo sobre a taxa

média de desemprego, tanto em nível nacional quanto local.

Em Salvador, as taxas desemprego das mulheres também superam as dos homens — em junho somaram, respectivamente, 18,6% e 11,7%, enquanto a taxa média foi 14,9%. Entretanto, verifica-se que o desemprego das mulheres permaneceu estável, em 20,3%, nos meses de março, abril e maio, caindo para 18,6% em junho — retração de 8,4% em relação aos meses de junho do ano passado e maio deste ano.

Por outro lado, a taxa de desemprego masculina começou a decair no mês de abril, indicando que o respectivo decréscimo da taxa média, que também declinou a partir de abril, decorreu mais fortemente da taxa de desemprego masculina — ao contrário do que ocorreu em Recife e em nível nacional.

O levantamento (Gráfico 2) sugere que a proporção de pessoas desocupadas nas regiões de Recife e Salvador, com relação ao total das áreas da PME, permanece relativamente estável no período em foco. É possível concluir, então, que o mercado de trabalho do Nordeste, representado por essas duas áreas, vem acompanhando



Fonte: Dados originais: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

os movimentos tendenciais do agregado nacional. Isto decorre do inter-relacionamento dinâmico entre a economia regional e a economia nacional, sem deixar de considerar as especificidades estruturais da Região.

Considerando pessoas de 10 anos ou mais, nas seis regiões pesquisadas pelo IBGE, a PME de junho também registra um universo de 18,9 milhões de pessoas ocupadas — 56,4% do sexo masculino. Em junho, esse total experimentou uma expansão modesta (0,4%) na comparação com o mês anterior. Porém, em relação a junho de 2003, a taxa de crescimento do pessoal ocupado foi de 3,3%, representando a incorporação no mercado de trabalho de 598 mil pessoas.

Registre-se, ainda, que todas as áreas pesquisadas apresentaram incremento no número de pessoas ocupadas. Em Recife, esse universo evoluiu de 1,22 milhão de pessoas, em junho de 2003, para 1,24 milhão de pessoas, em junho deste ano, com incremento de 1,5%. Salvador, na mesma comparação, passou de 1,26 milhão para 1,30 milhão de pessoas ocupadas — elevação de 3,2%.

Em junho, a recuperação da atividade industrial proporcionou um aumento de 0,5% no pessoal ocupado, na comparação com o mês anterior, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes) do IBGE. Em relação ao mesmo período do ano passado, a taxa de crescimento do pessoal ocupado foi de 1,6% — a segunda elevação consecutiva nesse tipo de comparação. Embora, no acumulado dos últimos doze meses, ainda se observe retração de 0,6% no emprego industrial, na primeira metade de 2004, o emprego cresceu 0,1%, indi-

cando, de maneira consistente, que se chegará ao fim do ano com saldo positivo.

De uma perspectiva espacial, constata-se que todas as regiões apresentaram taxas positivas de crescimento na comparação entre junho de 2004 e junho de 2003. As regiões Norte e Centro-Oeste (4,2%) e a Sul (2,2%) superaram a média nacional (1,6%), ao passo que a Sudeste (1,2%) e a Nordeste (0,3%) ficaram abaixo do valor apurado para o Brasil.

No acumulado do semestre, o Sudeste registrou taxa negativa de crescimento do pessoal ocupado assalariado (-1,2%), enquanto o Nordeste praticamente não alterou seu quadro em relação a igual período do ano anterior (-0,02%). Vale observar que os incrementos negativos do emprego nas regiões Nordeste e Sudeste no período janeiro/abril e janeiro/maio de 2004 foram superiores aos verificados neste semestre, revelando uma redução importante no ritmo de queda.

As regiões Norte e Centro-Oeste e a Sul terminaram o primeiro semestre do ano com saldo positivo em termos de geração de emprego industrial, com taxas de crescimento de 2,8%; e de 0,1%, respectivamente. Nos últimos doze meses, somente a região Centro-Oeste (2,7%) assinalou taxa de crescimento positiva. Porém, nas demais, já se observa uma progressiva redução do ritmo de decréscimo.

Entre os estados pesquisados pelo IBGE para a região Nordeste, o Ceará e a Bahia obtiveram expansão no emprego industrial no mês de junho, na comparação com igual mês do ano anterior – 2,5% e 0,3%, respectivamente.

“..todas as áreas pesquisadas (em junho) apresentaram incremento no número de pessoas ocupadas.”

Convém observar que o desempenho do Ceará em junho foi maior do que a expansão verificada para o Brasil e para o Nordeste. O destaque negativo ficou por conta de Pernambuco, que teve fechamento de vagas no mês de junho (-5,8%).

No acumulado de janeiro/junho, o total de demissões foi maior do que o de admissões nos três estados pesquisados. Pernambuco foi a principal influência negativa (-1,5%), seguido pela indústria da Bahia (-1,3) e do Ceará (-0,8).

Em termos setoriais, a indústria de transformação do Nordeste teve um incremento de 0,6% no pessoal ocupado assalariado no mês de junho, em relação ao mesmo período do ano anterior. O indicador mensal revelou que nove das dezoito atividades pesquisadas mostraram crescimento do pessoal ocupado na indústria regional.

Incluem-se entre as principais atividades da indústria manufatureira na geração de emprego o segmento de máquinas e equipamentos (excluindo elétricos), eletrônicos, de precisão e de comunicação (15,8%), calçados e couros (12,9%) e produtos de metal (excluindo máquinas e equipamentos), com 9,6%. Em contrapartida, houve redução expressiva do emprego nas atividades de minerais não-metálicos (-7,2%), madeira (-6,7%) e vestuário (-6,3%).

No acumulado do primeiro semestre de 2004, o crescimento do emprego da indústria manufatureira foi de 0,2%, contrastando com o desempenho da indústria extrativa que apresentou queda de 5,3% nesse período. Os subsetores de máquinas e equipamentos (excluindo elétri-

cos), eletrônicos, de precisão e de comunicação (13,3%), calçados e couros (10,9%) e papel e gráfica (9,4%) foram os principais destaques. Entre as oito atividades que assinalam redução no emprego, despontam as indústrias de vestuário (-10,6%), máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (-10,1%) e madeira (-8,8%).

O pessoal ocupado assalariado da indústria de transformação do Ceará aumentou 2,7% no mês de junho de 2004, em comparação com o mesmo período de 2003. O índice ficou acima do valor observado para o Nordeste, diferentemente da indústria extrativa, que teve uma retração de 17,5%.

“...Setorialmente, as maiores taxas de crescimento do emprego foram observadas nas indústrias de metalurgia básica e calçados e couros.”

O levantamento também revela que dez das dezessete atividades da indústria de transformação pesquisadas mostram crescimento do pessoal ocupado no Estado. Os maiores impactos positivos foram provenientes das atividades de metalurgia básica (39,6%), calçados e couros (11,4%) e máquinas e equipamentos (excluindo

elétricos), eletrônicos, de precisão e de comunicação (10,3%). Entre as que registraram redução no emprego, destaque para indústrias de minerais não-metálicos (-7,3%), têxtil (-6,1%) e produtos químicos (-4,4%).

No acumulado do semestre, também houve redução de 0,7% no pessoal ocupado da indústria de transformação e de 17,1% na indústria extrativa, em relação ao mesmo período do ano anterior. Setorialmente, as maiores taxas de crescimento do emprego foram observadas nas indústrias de metalurgia básica (19,5%), calçados e couros (9,9%), e papel e gráfica (8,8%). Por outro lado, as demissões superaram as ad-

missões em oito ramos, com ênfase para a indústria de minerais não-metálicos (22,9%), produtos químicos (-11,4%) e têxtil (-9,8%).

O estado de Pernambuco assinalou no mês de junho, em comparação com igual período do ano anterior, retração no emprego industrial tanto na indústria de transformação (-5,6) como na extrativa (-23,0%). Os subsetores que mais contribuíram para esse baixo desempenho foram vestuário (-22,3%), máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (-14,5%) e alimentos e bebidas (-13,6%). Em contraponto, as indústrias de papel e gráfica (30,1%), produtos químicos (23,3%) e borracha e plástico (17,7%) foram as atividades que mais incrementaram o emprego de mão-de-obra assalariada.

No período de janeiro/junho, a indústria de transformação e a extrativa de Pernambuco apresentaram taxas, negativas de crescimento do pessoal ocupado assalariado de, respectivamente, 1,2% e 25,3%. Os destaques negativos, em termos de criação de emprego, ficaram por conta da indústria de vestuário (-20,0%), máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (-19,4%) e têxtil (-

11,0%). Registraram maior expansão do nível de emprego: papel e gráfica (48,8%), produtos químicos (20,8%) e borracha e plástico (6,8%).

A Bahia evidenciou, em junho, crescimento de 0,1% da indústria de transformação, enquanto a extrativa apresentou incremento de 2,9%. As atividades que mais contribuíram para a expansão do emprego nesse período foram fabricação de meios de transporte (29,5%), calçados e couros (25,8%) e produtos de metal (excluindo máquinas e equipamentos), com 8,0%. As perdas principais recaíram sobre a indústria de madeira (-26,6), vestuário (-21,0%) e minerais não-metálicos (-20,6%).

No primeiro semestre de 2004, comparando com igual período do ano anterior, a indústria extrativa da Bahia apresentou incremento de 3,4% e a manufatureira queda de 1,6%. Entre as atividades que exibiram saldos líquidos negativos, destacam-se vestuário (-28,0%), madeira (-21,1%) e papel e gráfica (-19,1%). Apresentaram as maiores taxas de crescimento do pessoal ocupado assalariado, por sua vez, as indústrias de calçados e couros (29,1%), fabricação de meios de transporte (17,2%) e fumo (9,5%). ●

2 - Rendimento

.....

De acordo com a PME, os níveis de rendimentos médios habitualmente recebidos pelas pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas no período de junho/2003-junho/2004 (Gráfico 3), indicam para a região de Recife uma tendência decrescente² — o rendimento médio apresentou crescimento (7,6%) de junho em comparação a

maio deste ano, e decréscimo (-7,8%) em relação a junho de 2003.

Para a região de Salvador e o agregado das áreas da PME, os atinentes comportamentos tendenciais se apresentam estatisticamente estacionários³ — o rendimento de junho deste

² Isto é corroborado estatisticamente ao nível de confiança de 99,0%, inclusive, apresentando um coeficiente de correlação de Spearman igual a -0,78%, que é estatisticamente significativa a qualquer nível acima de 1,0%.

³ Os respectivos testes de hipóteses de estacionariedade, ou seja, de comportamento aleatório da respectiva série temporal, foram realizados através de testes de ordenação com respeito à mediana, coadjuvados por testes sobre os respectivos coeficientes de correlação de ordem de Spearman. Aliás, esta conclusão é válida para quaisquer níveis de confiança superiores a 90,0%.

ano ante junho de 2003 apresentou um crescimento de 2,8%; e com relação a maio, incremento de 0,34%.

No tocante ao agregado nacional, tem-se em junho deste ano, na comparação com junho de 2003, decréscimo 0,4%, enquanto, com relação a maio deste ano, ocorreu um incremento de 1,8%.

A questão, nesse ponto, é saber em que medida a expansão do nível de ocupação produtiva pode ter afetado positivamente a massa de rendimentos, tanto nas áreas da região Nordeste quanto no agregado nacional. Isso importa porque exerce efeitos também positivos sobre a demanda efetiva, através do aumento do consumo das famílias.

Para a estimativa do montante da massa mensal de rendimentos das aludidas áreas, adotou-se como medida o rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, das pessoas de 10 anos ou mais ocupadas na semana de referência. Como medida do nível de ocupação, para manter a coerência estatística, adotou-se o número de pessoas ocupadas no trabalho principal na semana de referência, ambos como calculados pela PME (Gráficos 4 e 5).

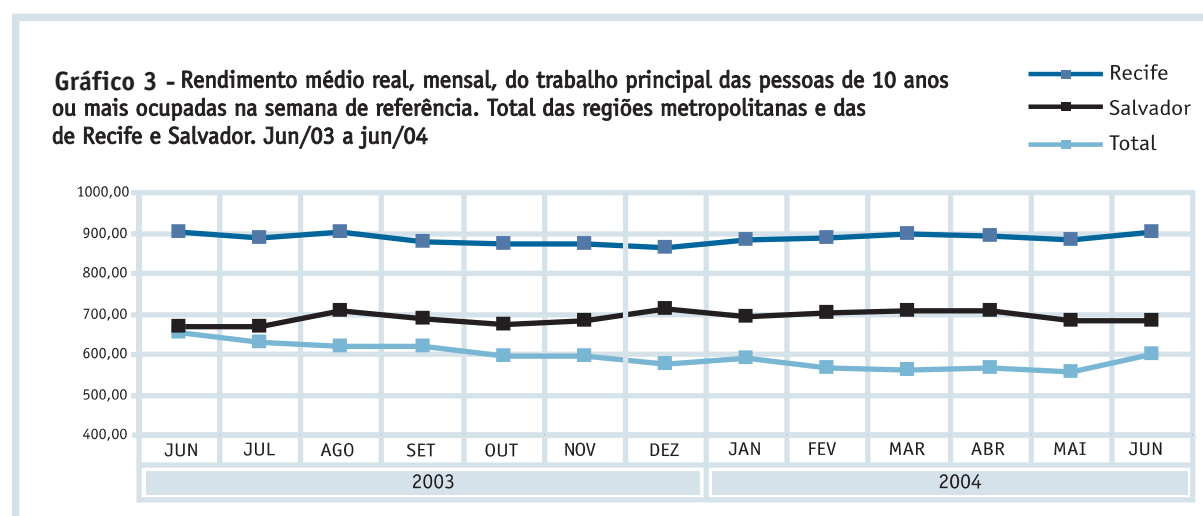
Em primeiro lugar, considerando-se o período de junho/2003-junho/2004, observa-se que as séries relativas às regiões de Salvador e Recife, bem como do total, podem ser consideradas es-

taticamente estacionárias para qualquer nível de confiança igual ou superior a 90,0%⁴.

Para o caso de Recife, este fato é particularmente importante, se for considerado que a sua série anterior de rendimento habitualmente recebido foi classificada, em termos de tendência, como decrescente. Deste modo, tudo parece indicar que, guardadas as devidas flutuações decorrentes de comportamento sazonal e outras de natureza menos padronizadas, as variações dos níveis de ocupação estão compensando as situações depressivas dos rendimentos auferidos.

A análise detalhada desses comportamentos revela: a) em Salvador o incremento do total dos rendimentos em junho deste ano, com relação a junho de 2003, foi de 9,4%, e de 4,3% comparado a maio deste ano, b) na região de Recife, na mesma base de comparação, esses incrementos foram de 2,8% e 6,0%, respectivamente; c) para o total das áreas da PME, verificaram-se 6,1% e 1,4%.

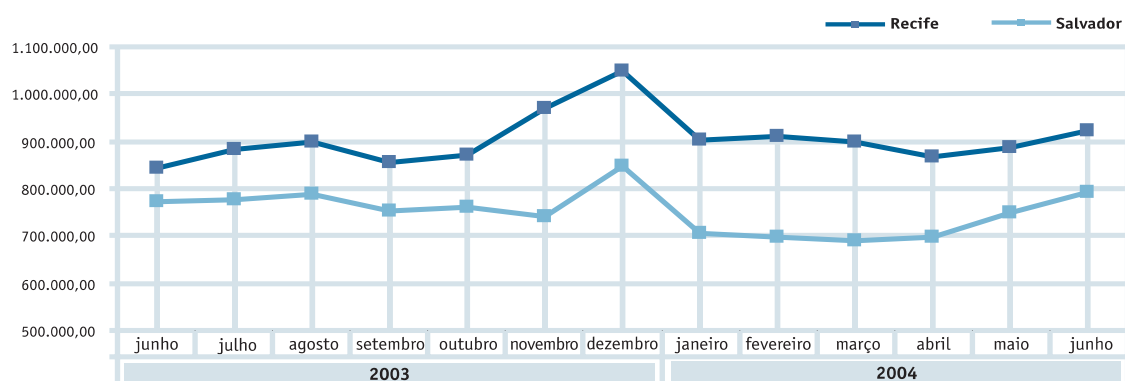
Observe-se, ademais, que tanto para o agregado das áreas metropolitanas quanto para as duas regiões nordestinas, neste ano, o incremento do rendimento total já se fez valer a partir de abril. Esse resultado, certamente, exerceu influência positiva sobre o incremento do consumo das famílias (anteriormente discutido) na composição da demanda efetiva e, conseqüentemente, sobre o incremento observado do PIB nacional. ●



Fonte: Dados originais: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

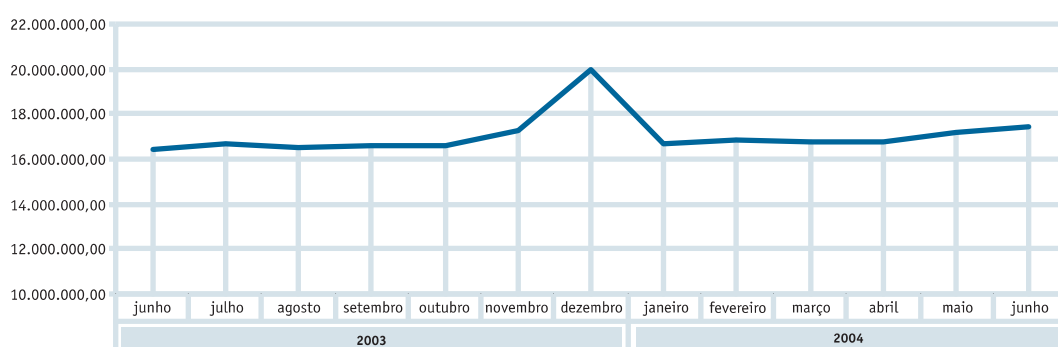
⁴ É necessário ter em conta que as particulares séries de rendimento total apresentam, como seria de se esperar, variabilidades superiores àquelas referidas ao rendimento. Isto devido, principalmente, a pagamentos de 13º salário e outras gratificações fortuitas, que afetam a série de rendimentos efetivamente recebidos em contraponto à série anteriormente exposta de rendimentos habitualmente recebidos.

Gráfico 4 - Total estimado de rendimentos das pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador.



Fonte: Dados originais - IBGE. Pesquisa mensal de emprego

Gráfico 5 - Total Estimado de Rendimentos das Pessoas de 10 anos ou mais, Ocupadas na Semana de Referência, no Agregado das Áreas Metropolitanas Cobertas pela PME



Fonte: Dados originais IBGE-PME. Elaboração própria

3 - Considerações Adicionais Sobre a Criação de Emprego Formal

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, contabiliza saldo líquido de 207,9 mil empregos formais em junho deste ano, decorrente de 986,5 mil admissões, em contraponto a 778,6 desligamentos. O saldo representa um aumento de 0,86% em relação ao mês anterior.

Na comparação com junho de 2003, os empregos formais foram incrementados em 4,9%.

No acumulado do primeiro semestre deste ano foram criados 1,03 milhão de empregos formais, representando um aumento de 4,5% sobre o mesmo período de 2003. A expansão semestral

é recorde da série histórica do Caged, iniciada em 1992. Constata-se, ainda, que todos os setores estão em sintonia com a conjuntura favorável de crescimento — ou seja, nenhum setor apresenta saldo negativo no balanço entre emprego e desemprego formais.

A criação de postos de trabalho foi liderada pela indústria de transformação, responsável por 31,5% das novas vagas no período janeiro/junho. Isto representa um saldo de 326.360 empregos. Em seguida, vêm o setor de serviços, que proporcionou 266.751 contratações; e a agricultura, com 216.430 vagas — correspondendo a 25,8% e 21,0% do saldo total, respectivamente. O comércio gerou 130.845 contratações e a construção civil outras 60.608 — pela ordem, 12,6% e 5,9% do saldo total.

O Nordeste apresentou no mês de junho saldo líquido de 21.829 empregos formais, representando 10,5% do total de empregos gerados no Brasil — índice superado unicamente pelo Sul e Sudeste. No acumulado do ano, entretanto, a Região tem o pior desempenho, com somente 14.340 empregos criados, perfazendo apenas 1,38% do saldo líquido verificado no país. Apesar de as contratações terem sido su-

periores às observadas nas regiões Centro-Oeste e Norte, o maior número de desligamentos ocorrido na região Nordeste resultou na baixa criação líquida de empregos.

De maneira geral, porém, foi positivo o comportamento dos estados nordestinos em termos de criação de empregos formais. Dados do Caged para o mês de junho mostram um crescimento pelo terceiro mês consecutivo do nível de emprego formal na Bahia - a abertura de 5.016 vagas nesse mês representa uma elevação de 0,5% do contingente de assalariados com carteira assinada.

No acumulado de janeiro/junho, a Bahia registra o segundo maior percentual de crescimento da região Nordeste (3,4%). A agropecuária liderou a geração de empregos em junho, com 2.659 postos, apontando um crescimento de 3,17%; seguida pela indústria de transformação, com 1.174 vagas e 0,9% de incremento; e, finalmente, pelo comércio com 1.445 contratações e crescimento de 0,61%.

Em junho o Estado de Alagoas também apresentou crescimento do emprego pelo segundo mês consecutivo, após seis meses seguidos de

Tabela 1 - Região Nordeste. Taxas de Incrementos do Emprego Formal.

PERÍODO	Nordeste	Paraíba	Piauí	Pernambuco	Sergipe
Jun. 04/jun. 03	0,63	1,17	0,94	0,44	0,00
Acumulado					
Jan-jun. 04	0,41	-0,55	2,63	-2,17	2,35
12 meses	3,75	1,41	2,75	1,92	4,31
PERÍODO	Bahia	Alagoas	Ceará	Maranhão	Rio G. Norte
Jun. 04/jun. 03	0,50	0,34	0,79	0,40	1,31
Acumulado					
Jan-jun. 04	3,42	-13,81	1,07	2,08	3,92
12 meses	4,83	1,72	4,18	3,52	8,83

Fonte: Dados originais MTE-CAGED. Elaboração própria

queda. Entretanto, foram criados em junho 681 empregos formais, representando um aumento de apenas 0,3%. No primeiro semestre, verificou-se uma diminuição de 13,8% (menos 31.637 vagas) no contingente de assalariados, já que os resultados positivos de maio e junho não compensaram as quedas registradas nos meses anteriores.

Em Alagoas, os setores que mais demandaram trabalho formal no mês de junho foram a agropecuária (2,2% ou 289 vagas), o comércio (0,4% ou 156 vagas) e serviços (0,3% ou 188 vagas). A indústria de transformação (-0,04%) desativou 24 postos de trabalho.

O Estado do Ceará vem apresentando taxas de crescimento positivas pelo terceiro mês consecutivo. Em junho, foram registradas 4.778 novas contratações, representando aumento de 0,8%. Além disso, os resultados positivos nos últimos três meses compensaram os saldos negativos nos três primeiros meses de 2004 — implicando um saldo líquido de 6.432 vagas (1,1%).

Nos últimos doze meses, o Ceará apresentou um crescimento de 4,2% no número de trabalhadores com carteira assinada, totalizando 23.899 novas vagas. A agropecuária (3,9% ou 603 vagas), a construção civil (2,8% ou 951 vagas) e a indústria de transformação (1,1% ou 1.739 vagas) foram os setores mais importantes na geração de emprego formal no Estado.

No Maranhão, em junho, foram criadas 830 ocupações — aumento de 0,4% em relação a maio. No acumulado de janeiro/maio de 2004, o total de empregos com carteira assinada teve

um incremento de 2,1%, correspondendo a 4.230 novas vagas. Setorialmente, os principais responsáveis pela geração de novos empregos foram a agropecuária (2,8% ou 281 vagas), a indústria de transformação (1,6% ou 380 vagas) e o comércio (0,4% ou 197 vagas).

Comparando maio com junho, o Rio Grande do Norte registra o maior percentual de crescimento do emprego formal da região Nordeste, com 3.266 novas ocupações e incremento de 1,3%. No primeiro semestre, o Estado também aparece em primeiro lugar no que se refere à taxa de crescimento do emprego (3,9% ou 9.485 vagas), reflexo do aumento, pelo quarto mês consecutivo, da demanda de trabalho.

Os setores que mais contribuíram para a geração de novas oportunidades foram o comércio (1,0% ou 443 ocupações) e a indústria de transformação (0,7% ou 311 ocupações).

O Caged registrou para o Estado da Paraíba crescimento, pelo terceiro mês consecutivo do emprego formal. Em junho, foram geradas 2.358 novas ocupações com carteira assinada, equivalente ao aumento de 1,2%. O bom desempenho nos últimos três meses, contudo, não foi suficiente para compensar as taxas negativas registradas no primeiro trimestre de 2004. Assim, o primeiro semestre resultou na eliminação de 1.116 postos de trabalho (-0,6%).

Entretanto, a taxa de crescimento do emprego no ano foi de 1,4%, o que significou a geração de 2.835 novos postos de trabalho. Em junho, os setores que mais contribuíram para a expansão do número de ocupações foram a agropecuária (12,4% ou 1.175 ocupações), a indústria de transformação (1,2% ou 519 ocupações) e os serviços (0,6% ou 471 ocupações).

“...Nos últimos doze meses, o Ceará apresentou um crescimento de 4,2% no número de trabalhadores com carteira assinada.”

Pelo segundo mês consecutivo, em junho, Pernambuco contabilizou taxa positiva de crescimento do emprego formal, com a criação de 2.991 novas oportunidades de trabalho (0,4%). Apesar do bom desempenho verificado nos últimos dois meses, no primeiro semestre foram eliminados 14.940 postos de trabalho (-2,2%).

Em função principalmente dos resultados positivos em 2003, a taxa de crescimento nos últimos doze meses atingiu 1,9%, implicando a criação de 12.605 postos de trabalho. Os setores que mais demandaram trabalho formal, no mês de junho, foram serviços (0,4% ou 999 ocupações), o comércio (0,6% ou 969 ocupações) e a agropecuária (1,4% ou 713 ocupações).

Pelo quarto mês consecutivo, o Estado do Piauí vem apresentando resultados positivos em termos de geração de novas ocupações. Em junho, o incremento no contingente de assalariados com carteira assinada foi de 0,9%, permitindo abertura de 1.099 vagas. Na primeira metade do ano, foram criadas 5.246 ocupações formais, correspondentes a aumento de 2,6%.

Nos últimos doze meses, o percentual de crescimento do emprego formal no Piauí foi de 2,7%, o que representou a abertura de 4.505 novas ocupações. Em junho, impulsionaram a oferta de emprego formal a indústria manufatureira (6,6% ou 1.254 ocupações), a construção civil (1,9% ou 241 ocupações) e os serviços (0,3% ou 180 ocupações).

Sergipe apresentou quadro de estabilidade no nível de emprego formal no mês de junho. No acumulado do semestre, em função dos resultados positivos nos cinco primeiros meses de 2004,

foram geradas 3.624 novas vagas — ou aumento de 2,3% no estoque de trabalhadores com carteira assinada. Nos últimos doze meses, o percentual de crescimento do emprego “celetista” atingiu 4,3% (6.629 novas ocupações).

Os setores que mais contribuíram para a criação de empregos formais foram serviços (0,3% ou 168 ocupações) e agropecuária (2,0% ou 160 ocupações). O destaque negativo fica por conta da indústria de transformação — taxa de crescimento negativa de -1,4%, sendo responsável pela redução líquida de 365 postos de trabalho.

De maneira geral, todos os estados nordestinos em maior ou menor proporção registraram resultados positivos no mês de junho e no segundo trimestre de 2004, seguindo a tendência nacional de evolução na geração de empregos formais. Apenas o Maranhão consolidou resultados positivos em todos os meses de 2004.

Apesar dos bons resultados no segundo trimestre, os Estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas apresentaram resultados negativos no primeiro semestre.

O Rio Grande do Norte evidenciou, em termos relativos, no mês de junho, no ano e nos últimos doze meses, o melhor desempenho da região Nordeste na criação de oportunidades de trabalho.

Em termos setoriais, observa-se que, apesar do bom desempenho na geração de empregos em 2004, a indústria de transformação não foi a principal responsável pelas contratações da Região no mês de junho, diferentemente da tendência nacional.

“O Rio Grande do Norte evidenciou o melhor desempenho da região Nordeste na criação de oportunidades de trabalho”

Em alguns estados, como Sergipe e Alagoas, a indústria teve até mesmo taxa negativa de crescimento. Na prática, os maiores índices de expan-

são do emprego foram observadas na agropecuária, cujo desempenho foi o melhor em oito dos nove estados da Região. ●

FINANÇAS PÚBLICAS

.....
País cumpre com folga meta de superávit fiscal

1 - Tesouro Nacional

.....

Em julho, a receita total do Governo Federal apresentou acréscimo de R\$ 1,4 bilhão sobre junho — diferença de 4,2%, segundo dados do Tesouro Nacional. No acumulado de janeiro/julho, a receita foi de R\$ 236,4 bilhões, ante R\$ 203,4 bilhões em igual período de 2003, consolidando aumento de 16,2%.

Somente as receitas do Tesouro somaram R\$ 185,7 bilhões, ao passo que, no mesmo período de 2003, totalizaram R\$ 161,0 bilhões, implicando elevação de 15,3%. Já as receitas da Previdência, no intervalo de janeiro/julho, cresceram 19,4%, passando de R\$ 41,8 bilhões para R\$ 49,9 bilhões em 2004.

A despesa total teve acréscimo de 18,5% no pe-

ríodo de janeiro/julho de 2004, em comparação com igual período do ano anterior. Passou dos R\$ 135,2 bilhões para R\$ 160,2 bilhões. Os gastos com pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, e de custeio e capital somaram, respectivamente, R\$ 47,8 bilhões, R\$ 64,6 bilhões, e R\$ 46,7 bilhões — verificando, pela ordem, crescimento de 6,7%, 20,1 % e 31,5% em relação a igual período do ano anterior.

Em julho deste ano, as transferências a estados e municípios aumentaram R\$ 1,1 bilhão (26,2%) em relação ao mês anterior. No período de janeiro/julho de 2004, observa-se um aumento de 5,8% em relação ao mesmo período do ano passado. ●

2 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

O setor público não-financeiro registrou superávit primário de R\$ 7,9 bilhões no mês de junho deste ano, com acréscimo de 36% em relação a maio. No período de janeiro/junho, o superávit acumulado atingiu R\$ 46,2 bilhões — ou 5,8% do PIB, comparativamente a R\$ 40,0 bilhões (5,5% do PIB) no mesmo período de 2003.

Esse superávit é o maior registrado no país desde que o Banco Central passou a calcular as estatísticas fiscais em 1991. Com o resultado, o governo garantiu o cumprimento da meta de superávit primário estabelecida com o FMI para os primeiros seis meses do ano — na prática, o valor estipulado de R\$ 32,6 bilhões foi ultrapassado em 41,7%.

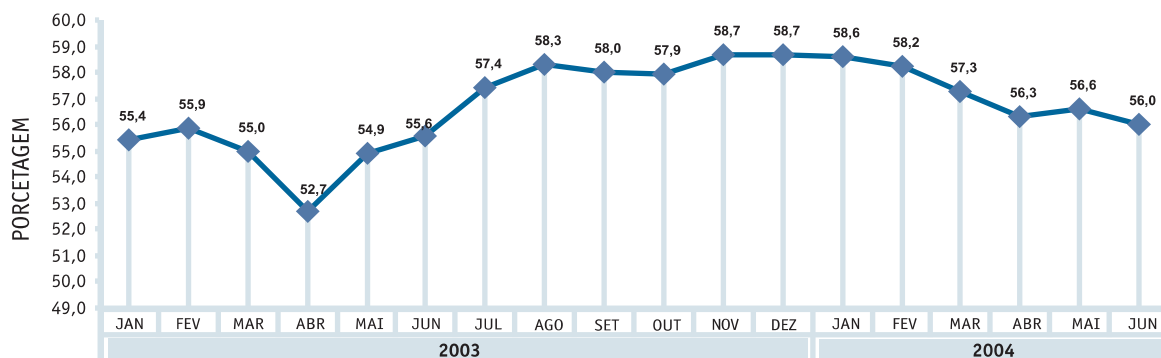
O Governo Central (Governo Federal, Banco Central e Instituto Nacional de Seguridade Social) foi responsável por R\$ 34,2 bilhões (4,3% do PIB) do superávit acumulado no período de janeiro/junho de 2004. Esse valor representa um aumento de 16,7% em relação ao mesmo período de 2003. Os governos estaduais apresentaram, no primeiro semestre, superávit de R\$ 10,2 bilhões (1,3% do PIB) e as empresas estatais, de R\$ 414 milhões (0,05% do PIB).

A magnitude do superávit primário contribuiu substancialmente para a redução da dívida pública em relação ao PIB. Em junho, essa relação alcançou 56,0%, índice inferior ao registrado no final de 2003, que foi de 58,7%. Além do superávit primário, vale destacar o crescimento do PIB e a redução nas taxas de juros como fatores determinantes da redução da relação dívida/PIB.

Os juros nominais alcançaram R\$ 9,9 bilhões em junho — resultado superior ao superávit primário do setor público no mesmo mês. Em consequência, o déficit nominal de R\$ 4,8 bilhões, verificado em maio, recuou para R\$ 2,0 bilhões. No acumulado do primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano passado, houve um decréscimo no montante do déficit nominal de R\$ 18,7 bilhões.

A continuidade de redução do déficit nominal, porém, pode não continuar ou, pelo menos, não ser tão acentuada quanto a observada no primeiro trimestre. Isto porque o Copom considerou os riscos de elevação das expectativas inflacionárias em função do repique de preços observado no primeiro semestre — o que poderia comprometer, no curto prazo, o teto da meta (8,0%) para este ano. (Gráfico 1). ●

Gráfico 1 - Brasil. Dívida líquida do setor público como percentagem do PIB. Jan/03 a jun/04



Fonte: Dados originais BACEN. Elaboração própria.

3 - Dívida Líquida do Setor Público

O estoque da dívida mobiliária federal cresceu 1,3% de maio para junho, ou seja, R\$ 9,8 bilhões. Entretanto, o montante passou a ficar menos vulnerável ao impacto das variações do câmbio.

O percentual da dívida atrelada ao câmbio caiu de 16,7%, em maio, para 15,8% em junho, representando uma diminuição na exposição cambial de R\$ 4,4 bilhões. Na comparação com dezembro de 2003, a redução na participação de títulos cambiais foi significativa (de 22,1% para 15,8%). Essa estratégia fez com que o governo rolasse somente 29,5% do total de vencimentos da dívida cambial no mês.

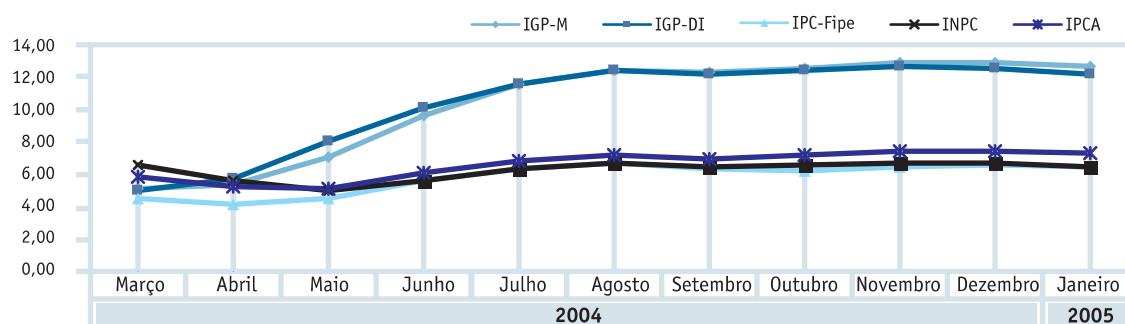
Outra evidência de melhoria no perfil da dívida mobiliária federal é o comportamento dos papéis com remunerações flutuantes indexados à taxa Selic. A participação dos títulos pós-fixa-

dos atrelados à taxa Selic permaneceu constante, passando de 50,57% em maio, para 50,62% em junho.

No primeiro semestre, o percentual desses papéis no total da dívida mobiliária aumentou somente 0,5 ponto percentual, saindo de 50,1% para 50,6% — oscilação bem inferior à queda observada na participação da dívida cambial, que foi de 6,3 pontos percentuais no mesmo período.

Por outro lado, no mês de junho, observa-se um crescimento importante de 4,3 pontos percentuais da participação dos títulos pré-fixados na composição da dívida mobiliária federal, em relação a dezembro de 2003. Finalmente, a parcela da dívida atrelada a índices de preços incrementou-se ligeiramente, encerrando o semestre em 14,9% — em contraponto a 13,6% no final de 2003.●

Gráfico 2 - Brasil. Estimativas dos índices de preços. Posição em 17/09/04



Fonte: FGV, IPC-Fipe, IBGE e Gerin do Banco Central do Brasil.

1/ Para o INPC e IPC-Fipe consideram-se as estimativas de mercado agregadas, editados pelo Bacen/Gerin. Para os demais, as estimativas do Top-5 curto (5 melhores instituições em função do grau de acerto de suas previsões, no curto prazo). 2/ Dados ocorridos.

